

» índice

Novembro • 2006

• Editorial	5
• Quem somos	6
• Artigo: Ações Sustentáveis	10
• Cenário Atual	12
• Pesquisa Caminhoneiros	18
• Artigo: O Preço da Inocência	25
• O Papel das Empresas	28
• Artigo: Participação Empresarial	40
• Pacto Empresarial	41
• Entrevista: Ações do Governo	42
• Frente Parlamentar	46
• Inclusão Social	48
• Geração do Futuro	56
• Agradecimentos	62



CHILDHOOD

INSTITUTO WCF - BRASIL
FUNDADO POR S.M. RAINHA SILVA DA SUÉCIA

Presidente • Rosana Camargo
do Conselho de Arruda Botelho
Deliberativo

Diretora-Executiva • Ana Maria
Drummond Chicarino

Coordenação • Carolina Padilha
de Projetos

Coordenação de • Tatiana Prado
Marketing e
Comunicação

Rua Funchal, 160, 13º andar
Cep: 04551-903, São Paulo, SP
www.wcf.org.br

Revista Na Mão Certa

www.namaocerta.org.br

Coordenação Eva Cristina Dengler
Editorial

Editor Marques Casara
(RJ 19821)

Projeto Gráfico Tatiana Cardeal

Redatores Dauro Veras, Eduardo
Costa, Fábio Silva,
Marques Casara

Colaboradores: Caio Magri, Daisy Grisolia,
Marlene Vaz, Mauri König,
Silvia Koller, Thomaz
Wood Jr. e Oded Grajew

Arte Manuela Novais
Polar Edilberth Furlaneto
e Tatiana Cardeal

Revisão Dauro Veras e
José Américo Justo

Execução:



Papel Social
Comunicação e Imagem

papelsocial@gmail.com



O Brasil na mão certa

Rosana Camargo de Arruda Botelho, presidente do Conselho do Instituto WCF-Brasil.

Há uma estrada que começa na porta das nossas empresas e leva a um Brasil que precisa de produtos para consumir e para produzir mais riquezas. Essa é a estrada que leva bem-estar, qualidade de vida e progresso tanto aos centros mais desenvolvidos quanto às comunidades mais distantes e menos privilegiadas. À margem desse caminho, porém, nos deparamos com outro Brasil – da miséria social, do atraso, da pobreza material e cultural, da violência, do esquecimento. Um Brasil para o qual é doloroso olhar e que muitos preferem não ver.

Puro engano. Esse Brasil também é real. E os problemas que ele apresenta precisam ser atacados com muito empenho, se quisermos assegurar as condições necessárias para o desenvolvimento humano em nossa sociedade, base para todos os outros desenvolvimentos – o econômico, o político, o cultural, o espiritual.

Um desses graves problemas é a exploração sexual de crianças e adolescentes, tema desta revista e alvo do Programa **Na Mão Certa**, que o WCF-Brasil lança agora no país. O propósito é mobilizar a sociedade para pôr fim ao drama social vivido por milhares de crianças, vítimas de um sistema organizado de abuso e violência que prolifera especialmente à beira das estradas de rodagem.

Ao mesmo tempo, como parte do programa, o WCF-Brasil convoca as empresas e os empresários a aderirem ao **Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras**. Pela capacidade que têm de mobilização, por sua influência sobre as comunidades e os estabelecimentos comerciais ao longo das estradas, por sua força econômica, política e social, por sua capacidade de educar os agentes econômicos, as empresas podem desempenhar um papel decisivo nesse movimento, liderando e multiplicando as ações para coibir a exploração das crianças.

Pesquisa encomendada pelo WCF-Brasil, coordenada pelo departamento de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, revela um mapa da exploração e os mecanismos pelos quais crianças e adolescentes são vítimas de organizações criminosas que operam nas margens das rodovias, como mostram as reportagens das páginas seguintes. Fica claro, com base nesse levantamento, que a exploração sexual de crianças e adolescentes é um fenômeno complexo. Ele está ligado, entre outras coisas, à pobreza, ao atraso cultural, a desvios de comportamento e à sensação de impunidade de adultos, habituados a exercer a dominação sobre as crianças e os adolescentes.

Por fim, o levantamento aponta que a exploração das crianças nas rodovias é um problema que diz respeito diretamente às empresas, não apenas por uma questão humanitária. Os motoristas de caminhão, que a rede de exploração sexual tenta atrair para sua clientela, são trabalhadores das nossas empresas ou de empresas com que nos relacionamos – e, se não são orientados, podem se transformar em vítimas dessa situação.

Pelas características e pela magnitude do problema, fica claro que a solução exige uma multiplicidade de ações e o envolvimento de toda a sociedade. Embora a situação seja grave, a solução é possível e conhecida: um plano de ações a ser implantado de forma conjunta por empresas, poder público e sociedade civil organizada. Às empresas, cabe uma responsabilidade especial nesse movimento: mobilizar funcionários, fornecedores, clientes e parceiros para agir e ajudar a combater esse mal.

O WCF-Brasil acredita que as empresas atenderão ao chamado do Programa **Na Mão Certa**, para que, juntos, possamos dar um basta à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.





quem somos

O Instituto WCF-Brasil quer romper o ciclo de violência herdado por crianças e adolescentes brasileiros apoiando e desenvolvendo programas em parceria com empresas, o poder público e outras ONGs.



A cada ano, milhares de crianças brasileiras são exploradas sexualmente por uma estrutura comercial organizada que atua em cidades, rodovias e fronteiras. A Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual no Brasil (Pestraf, 2002), apoiada pelo WCF-Brasil, aponta a existência de 241 rotas nacionais e internacionais de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em pelo menos 937 municípios brasileiros foram identificados locais onde ocorre exploração sexual infanto-juvenil, de acordo com um recente levantamento da Secretaria Especial de Direitos Humanos, órgão do governo federal.

O fenômeno da exploração sexual é complexo e está ligado não somente à pobreza e à miséria como também a questões culturais, ao machismo, à idéia de que o adulto tem poder sobre a criança, ao preconceito. É um problema impossível de combater de maneira isolada, mas pode ser enfrentado mediante mobilização e organização.

Essa bandeira é adotada pelo Instituto WCF-Brasil,

Carolina Padilha e Ana Maria Drummond, coordenadora de projetos e diretora-executiva do WCF-Brasil.

Pela *proteção* da infância e da adolescência

Integrantes do Projeto Camará, apoiado pelo WCF-Brasil.



Tatiana Cardeal

criado em 1999 com a missão de promover e defender os direitos das crianças e dos adolescentes desenvolvendo e apoiando programas que busquem preservar sua integridade física, psicológica e moral, com foco principal na questão da violência sexual.

O Instituto WCF-Brasil é o braço brasileiro da World Childhood Foundation, criada por S. M. Rainha Silvia, da Suécia. Nascida na Alemanha e filha de mãe brasileira com pai alemão, a rainha Silvia viveu em São Paulo durante boa parte da infância e adolescência, quando conheceu de perto a realidade social do país, que posteriormente elegeu como primeiro beneficiário da sua Fundação.

Além de Brasil e Suécia, a World Childhood Foundation também está presente na Alemanha e nos Estados Unidos, sempre com o objetivo de promover e defender os direitos de crianças e adolescentes. O pensamento da rainha é o seguinte: “Na vida de uma criança não pode haver, de maneira nenhuma, subnutrição, desamparo, drogas, abuso sexual, exploração sexual ou crimes de qualquer espécie. Não vamos mais tolerar isso”.



“Na vida de uma criança não pode haver, de maneira nenhuma, subnutrição, desamparo, drogas, abuso sexual, exploração sexual ou crimes de qualquer espécie. Não vamos mais tolerar isso.”

S. M. Rainha Silvia, da Suécia.

Arquivo WCF

» Projetos e ações

O Instituto WCF-Brasil acredita que a proteção dos direitos da criança e do adolescente é a chave para a construção de um futuro sustentável. Tendo como foco a questão da violência sexual, apóia e desenvolve programas que atendam aos seguintes pontos:

- Capacitem profissionais que tenham um papel importante no desenvolvimento e na proteção de crianças e adolescentes.
- Mobilizem a sociedade para que um número crescente de pessoas e gestores dos diversos setores se unam pela proteção de crianças e adolescentes.
- Fortaleçam a auto-estima de jovens em situação de risco.

A estratégia de atuação do WCF-Brasil está dividida em dois tipos de ações:

- De impacto micro, ou “projetos sementeiros”: capazes de gerar conhecimento e com potencial de replicação.
- De impacto macro: “ações estratégicas” de mobilização da sociedade e influência sobre políticas públicas, tendo como linha mestra a disseminação de metodologias de êxito para outras regiões do país.

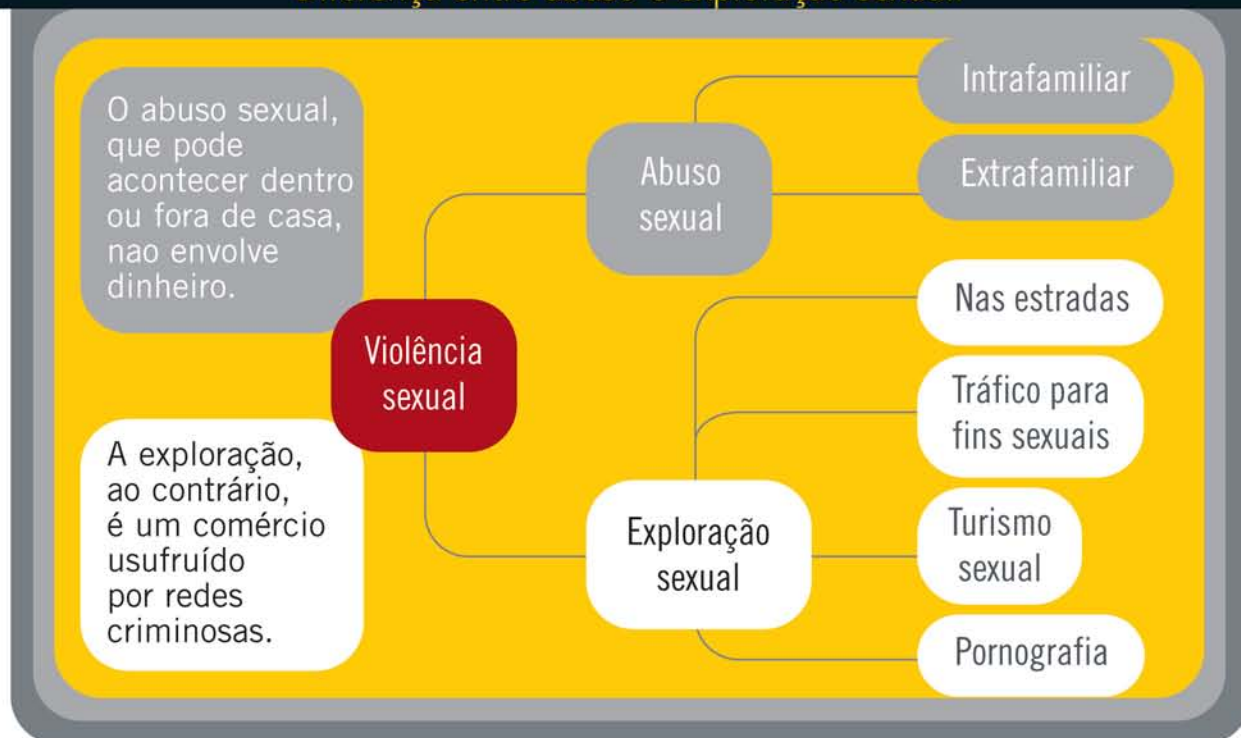
Para viabilizar projetos e ações, o Instituto estabelece parcerias com empresas, o poder público e outras ONGs. “O WCF-Brasil reconhece a importância de parcerias intersetoriais para alinhar e potencializar esforços, antes isolados, e aprimorar o investimento de recursos, que serão sempre limitados”, diz a diretora-executiva do WCF-Brasil, Ana Maria Drummond.

Um exemplo de “projeto sementeiro” é o Criando Arte, desenvolvido pela Associação Lua Nova, localizada na cidade de Sorocaba (SP). Com apoio técnico e financeiro do WCF-Brasil, atende mães adolescentes em situação de extremo risco, vindas de diferentes partes do Brasil.

No Criando Arte, as adolescentes encontram a oportunidade de construir um novo projeto de vida, digno e produtivo, gerando renda por meio da produção artesanal de bonecas, bolsas e outros artigos. Também recebem atendimento psicológico e social para fortalecimento da auto-estima e dos laços maternos com seus filhos. O objetivo final é a emancipação das jovens. Várias delas já não residem mais na Lua Nova e estão inseridas no mercado de trabalho.

Um exemplo de “ação estratégica” é o Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística (www.andi.org.br/timlopes). Co-realizado pelo WCF-Brasil e pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Diferença entre abuso e exploração sexual:



cia (Andi), busca ampliar e qualificar a cobertura jornalística sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. O objetivo final é mobilizar a sociedade e o poder público para a implementação de políticas eficazes de enfrentamento do fenômeno. Em 2006, está sendo realizada a 3ª edição do Concurso.

Por meio de 59 projetos em 16 estados, o WCF-Brasil já beneficiou 677 mil crianças, adolescentes, jovens, familiares e profissionais de atendimento. Todos os projetos e ações apoiados e desenvolvidos pelo Instituto estão fundamentados no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Dessa forma, o WCF-Brasil busca apoiar o desenvolvimento de novas políticas públicas na área.

O Instituto é certificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), oferecendo abatimento de imposto de renda para doadores pessoa jurídica (Lei 9.790/99), e como Entidade Promotora dos Direitos Humanos.

» Mobilização

O WCF-Brasil está empenhado em mobilizar a sociedade em torno do Programa Na Mão Certa, de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Um dos objetivos do Programa é mobilizar e capacitar os caminhoneiros para que

atuem como agentes de proteção de crianças e adolescentes em situação de risco (*leia reportagem na página 18*).

Dentre suas ações, o Programa prevê a assinatura do Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras. O Pacto é promovido em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. “Os empresários são parceiros fundamentais”, explica Ana Drummond. “Ao firmarem o Pacto, estarão comprometidos em não permitir que nenhum elo de suas cadeias produtivas se envolva com a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nas rodovias do país.”

O Instituto WCF e seus colaboradores dedicaram milhares de horas, nos últimos anos, para levantar e sistematizar as informações que darão sustentação ao Programa de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, cujas ações são apresentadas nesta revista. Se fosse possível resumir em poucas palavras todo esse trabalho, o empenho de diferentes atores sociais para combater a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, talvez fosse o caso de dizer que o principal objetivo do Instituto WCF é que, em breve, não existam mais crianças vítimas de exploração sexual comercial em nenhuma rodovia do país. Terminar com isso é fazer um pacto a favor da vida, a favor da infância, a favor do Brasil.

Thomaz Wood Jr.

Ações sustentáveis

No século 18, Adam Smith cunhou a metáfora da “mão invisível”. O célebre economista queria ilustrar o seguinte fundamento: se os produtores atuarem de forma livre e os compradores tiverem liberdade de escolha, então o mercado operará seu milagre e toda a comunidade sairá ganhando. Paradoxalmente, é uma versão perversa da “mão invisível” que parece estar por trás da exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas.

Ao se deparar com a extensão desse dramático fenômeno, o observador acidental talvez seja levado a julgar e condenar os personagens diretamente envolvidos: os caminhoneiros e as crianças e adolescentes. Ou talvez estenda seu olhar crítico para a ineficiência ou conivência do poder público. Ou quem sabe culpe as condições em que vive parte considerável da população brasileira e eleja a miséria como causa-raiz, a mãe ingrata de todos os vícios e tragédias.

Entretanto, aqueles que se propuserem a atuar de forma consistente devem evitar visões intuitivas e simplistas. Por trás do encontro entre um caminhoneiro e uma criança ou adolescente operam engrenagens de um perverso mercado de vidas humanas. Uma criança ou adolescente na estrada é fruto de um contexto social, econômico, psicológico e cultural, no qual se misturam pobreza sem esperança, desemprego dos pais, desagregação familiar, professores despreparados e ainda pequenos sonhos de consumo. Um caminhoneiro que se envolve sexualmente com uma criança ou adolescente traz com sua carga uma vida a enfrentar estradas mal pavimentadas, extensas jornadas de trabalho e violência. Faltam-lhe informações, a perpetuar valores ambíguos e comportamentos inadequados.

Além desses “personagens principais”, esse drama envolve também inúmeros coadjuvantes que, por sua ação criminal, sua passividade ou sua incompetência –



Arquivo pessoal

ou ainda por falta de articulação ou de recursos –, mantêm o “mercado” em operação. Entre esses atores estão as quadrilhas de tráfico humano, alguns donos de postos de abastecimento e alguns donos de boates de beira de estrada, que estimulam e organizam o deplorável comércio. Estão também as Varas da Infância e Juventude, Polícia Rodoviária, os Conselhos Tutelares e as ONGs, as quais, apesar de inúmeras iniciativas positivas, ainda não conseguiram gerar impactos duradouros.

A perspectiva da perversa mão invisível leva a duas conclusões. Em primeiro lugar, devemos aceitar que iniciativas pontuais e isoladas terão sempre efeitos limitados. Campanhas de sensibilização e aumento do controle policial, por exemplo, têm seus méritos, porém não irão alterar significativamente o funcionamento do “mercado”. Uma ação consistente deve, obrigatoriamente, envolver atividades articuladas nas várias frentes envolvidas. Em segundo lugar, devemos reconhecer o papel da iniciativa privada, em conjunto com o Poder Público e com as ONGs.

Empresas privadas e suas associações – tais como fabricantes e concessionárias de caminhões, transportadoras e empresas de logística, fabricantes de pneus, lubrificantes e acessórios, proprietários de redes ou de postos de abastecimento, promotores de eventos, sindicatos patronais e de caminhoneiros – e a mídia especializada podem e devem contribuir. São agentes indiretos, capazes de atuar positivamente no enfrentamento do problema. Essas organizações têm capilaridade e competência de gestão. São capazes de articular e colocar em prática medidas de sensibilização, de suporte aos caminhoneiros e de mitigação das condições de risco. Cabe aos líderes e formadores de opinião do setor privado alinhar seus recursos em favor desta causa nobre.

Thomaz Wood Jr. é professor da FGV-EAESP.

E-mail: twood@fgvsp.br



Cenário da exploração sexual nas rodovias





As rodovias mais estratégicas para a economia do país são também as que concentram a exploração sexual de crianças e adolescentes. É fundamental que a sociedade se una para dar um basta ao problema.

Na década de 1990, quando nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente, finalmente foi incluído na agenda da sociedade brasileira, mediante um marco legal, um problema que sempre afligiu famílias, escolas, governos e organizações de defesa dos direitos humanos: o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. São fenômenos distintos, igualmente graves e de difícil abordagem. O abuso muitas vezes acontece dentro de casa. A exploração, diferentemente, envolve dinheiro e alimenta uma rede organizada, que movimenta quantias capazes de subornar as autoridades, comprar o silêncio dos pais e às vezes selar para sempre o destino de crianças exploradas em bordéis, postos de gasolina, biroskas de beira de estrada ou onde quer que exista um cliente disponível para trocar dinheiro por sexo com uma criança.

O elo mais fraco desse processo são as crianças e os adolescentes, as principais vítimas das redes de exploração, que não se constroem em atuar à luz do

dia, em locais conhecidos e movimentados, nos quais a desinformação e a impunidade transformam crianças em mercadorias.

O enfrentamento dessa situação ainda carece de ações que indiquem uma resposta eficiente. Nem sequer há estatísticas consolidadas sobre o tamanho do problema. O inegável é que ele existe em larga escala e tem caráter nacional. Levantamento da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), do governo federal, identificou pelo menos 937 cidades onde há redes comerciais organizadas de exploração.

Pesquisa divulgada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT/ECPAT) revela que no Brasil existem 100 mil crianças e adolescentes nessa situação, boa parte ao longo das rodovias, sustentando uma rede criminosa que movimenta milhões de reais por ano. Entre 2000 e 2003, por exemplo, foram registradas mais de 18 mil denúncias pelo Disque-Denúncia nacional – que atende pelo número 100 de qualquer telefone do país – sobre violência sexual contra as crianças e os adolescentes.

As causas são tão complexas quanto o enfrentamento. A pobreza é um fator importante, muitas vezes decisivo. São inúmeros os casos de crianças que trocam a relação sexual por um prato de comida ou por um punhado de moedas. Questões culturais, que colocam o adulto em situação de poder sobre a criança, também contribuem para o funcionamento das redes de exploração. O preconceito e o machismo também aparecem como causas que merecem ser consideradas. A baixa escolaridade e a ausência dessas crianças da rede escolar são fatores presentes na vida da maioria das vítimas.

Mapa da exploração sexual

Rodovias com ocorrências de exploração sexual passam por 25 capitais*, exceto Palmas e Macapá.

* As BRs 317 e 101 não atravessam as cidades de Rio Branco e Salvador, respectivamente. Porém, podem ser consideradas estradas usadas para a prática de crime porque são próximas de ambos os municípios.



Fonte: Polícia Rodoviária Federal



Fatores de risco

No caso da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias, é possível traçar um perfil bastante claro sobre as causas do problema.

A socióloga Marlene Vaz, de Salvador, desenvolveu diversas pesquisas sobre o tema e viajou pelo país entrevistando exploradores, famílias e vítimas da exploração. Para ela, a pobreza das famílias, sua desestruturação e a violência doméstica são os fatores mais importantes.

Outros fatores de risco são o histórico de abuso sexual doméstico e a ilusão masculina de prolongar a juventude com parceiras mais jovens.

Marlene também aponta o papel “duplo” da mídia, parceira no combate à violência e ao mesmo tempo vendedora da ideia do corpo de crianças e adolescentes como o mais caro dos produtos. “A ditadura do consumismo e do erotismo favorece a exploração sexual comercial, uma vez que a ideologia do consumo tornou o erotismo uma mercadoria”, avalia.

A pesquisadora indica ainda como causa a falência da rede escolar como ferramenta de prevenção, já que a maioria das crianças e dos adolescentes deixa de estudar quando começa a ser explorada.

Abandonam a escola porque precisam trabalhar ou têm problemas familiares. Ou porque não se ajustam ao modelo de ensino. “A escola não tem competência nem vontade para buscar a causa e encontrar uma solução viável. Tem ficado, em geral, isenta nas matérias sobre exploração sexual comercial”, avalia a socióloga. “Além disso, a maioria das escolas públicas não é atraente nem faz esforço para competir com a exploração sexual, que envolve a excitação e o prazer do sexo. A instituição não investe nos novos interesses de crianças e adolescentes.”

Pesquisas do WCF-Brasil traçam o seguinte perfil de dois importantes atores sociais envolvidos na temática:

Família

- Em geral, são famílias de baixa renda, em situação de alta vulnerabilidade social, nas quais os rendimentos obtidos pela criança ou adolescente são significativos para a sobrevivência de todos.
- Frequentemente, um ou mais familiares têm problemas com álcool e outras drogas.
- Situações de violência doméstica e abuso sexual intrafamiliar são frequentes.
- Muitas vezes os próprios familiares são os responsáveis pela iniciação ou manutenção das crianças e adolescentes na situação de exploração sexual.

Escola

- Os vínculos com a escola são frequentemente frágeis e podem se romper nas situações de exploração sexual.
- Entretanto, estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Foz do Iguaçu (PR) revelou uma porcentagem considerável de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual que frequentavam a escola e estavam ligados a programas de redistribuição de renda.

Enfrentamento

Somente com o envolvimento de toda a sociedade será possível enfrentar a questão de maneira eficiente. O setor público, o setor privado e as organizações não-governamentais têm papéis específicos nesse processo.

No setor público, muitos avanços foram alcançados, como o aprimoramento dos Conselhos Tutelares e a implantação do Disque-Denúncia, do Programa Sentinela e a política nacional de enfrentamento do tráfico de pessoas. Existem ainda a Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde, o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que dão suporte às famílias. O papel do governo é debatido na entrevista da página 42, com Cristina Albuquerque, coordenadora do Programa Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

ONGs apresentam inúmeras iniciativas voltadas direta ou indiretamente para a questão. As ações, contudo, ainda são insuficientes para fazer frente à complexidade do fenômeno. Destacam-se estudos sobre o tema, geração de estatísticas, programas de estímulo ao protagonismo juvenil e desenvolvimento humano, além de ações de empreendedorismo, reinserção social, atendimento às crianças e suas famílias e defesa de direitos, entre outras.

Tais iniciativas, porém, ainda têm sua abrangência e capacidade de atendimento limitadas por fatores estruturais e econômicos. A atuação é, em geral, predominantemente local, o que dificulta a troca de experiências e minimiza o impacto no conjunto da sociedade. Diversos programas-piloto de geração de renda estão em fase de elaboração, implantação e execução, o que demonstra uma evolução nos processos implantados pelas ONGs. Tanto quanto com a geração de renda, que tem um papel importante, mas não funciona por si só, as ONGs estão preocupadas com ações psicossociais, de reestruturação de projeto de vida e reinserção social de crianças e adolescentes.

Dimensões envolvidas

A exploração sexual de crianças e adolescentes está associada aos bolsões de pobreza, mas não se restringe apenas aos grupos mais desfavorecidos do ponto de vista econômico. Outras dimensões devem ser consideradas na gênese do problema

Dimensões histórico-estruturais

Pobreza
Desigualdade e exclusão
Trabalho
Classe social

Dimensões legais

Repressão
Responsabilização
Legislação

Dimensões culturais

Gênero
Etnia
Violência
Sexualidade

Dimensões políticas

Estado de direito
Cidadania
Democracia
Sociedade civil – redes

Dimensões psicológicas e sociais

Identidade
Vínculos
Estigma

Dimensões relacionadas aos valores

Consumo e consumismo
Imaginário (mídia e cultura)

Tais organizações também cumprem um importante papel ao inovar e testar novos modelos de ação, que depois podem se converter em políticas públicas de âmbito geral.

Em relação à iniciativa privada, o tema é raramente tratado pelos programas de responsabilidade social das corporações. Ainda há muito tabu e desinformação sobre a questão.

Muitas empresas não querem associar sua imagem ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. A participação das empresas é tratada com profundidade na reportagem da página 28. Até o momento, o que existe são iniciativas pontuais, principalmente a participação em campanhas. Ações efetivas são raras, mas acontecem. O ponto positivo é que, durante contato com empresários, o WCF-Brasil identificou neles uma forte disposição para participar de empreendimentos desse tipo.

“A ditadura do consumismo e do erotismo favorece a exploração sexual comercial, uma vez que a ideologia do consumo tornou o erotismo uma mercadoria.”

Marlene Vaz,

socióloga, especialista no tema da exploração sexual de crianças e adolescentes.



O que fazer?

Os desafios são enormes. O WCF-Brasil, durante reuniões com grupos focais realizadas em 2005, apurou uma série de propostas no que diz respeito à temática da exploração sexual nas rodovias. Conheça as principais metas para serem atingidas até 2010:

Caminhoneiros:

- Conscientizar todos os caminhoneiros do problema da exploração sexual e de suas implicações sociais, psicológicas, legais etc.
- Ter uma massa crítica de caminhoneiros agindo de forma proativa, como agentes de proteção.

Empresas:

- Contar com diretrizes que orientem o setor das empresas privadas.
- Articular as empresas do setor privado para ações de prevenção e enfrentamento.

Tecnologia e condições de trabalho:

- Fazer uso de recursos de segurança, aumentando o nível de monitoramento, segurança e qualidade de vida no trabalho do caminhoneiro.

Percepção:

- Fazer com que a exploração sexual seja amplamente percebida como violação dos direitos de crianças e adolescentes e, portanto, vista como responsabilidade de toda a sociedade.

Acompanhamento:

- Adotar um sistema eficiente e eficaz de atenção e de proteção.
- Levantar dados de monitoramento sistemáticos e confiáveis, baseados no atendimento, e não apenas em denúncias.
- Obter um diagnóstico precoce das situações de risco nas escolas, igrejas e comunidades.

Articulação, ação e suporte:

- Desenvolver uma articulação eficaz entre o setor público, o setor privado e o terceiro setor.
- Estabelecer um centro de referência em cada município para que seja feito o acompanhamento das crianças, dos adolescentes e também de seus familiares.
- Contar com programas efetivos de geração de trabalho, renda e inclusão social.
- Receber o apoio de delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes.



Tatiana Cardeal

A exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias é um problema complexo. O Brasil tem se preocupado cada vez mais com o tema. É impossível pensar em crescimento econômico sustentado sem levar em conta a temática das desigualdades sociais e do respeito aos direitos humanos. Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostram que o país ainda tem 1 milhão de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola. Mais de 5 milhões de crianças são exploradas pelo trabalho infantil e 1,9 milhão de jovens são analfabetos. Tais fatores são determinantes para a ocorrência de exploração sexual. Melhorar esses indicadores será um passo grandioso para construir um país onde todos possam ter orgulho de viver.



O perfil do caminhoneiro no Brasil

Pressionado pelas condições de trabalho e com uma percepção contraditória sobre a sexualidade, o profissional da estrada é peça estratégica para o enfrentamento do problema.

Uma pesquisa inédita, realizada nas principais rodovias brasileiras, traçou um amplo perfil do caminhoneiro brasileiro. O estudo foi conduzido pelo programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceria com o Instituto WCF-Brasil. Apresenta um dos mais completos levantamentos sobre quem são e como vivem os caminhoneiros atualmente em atividade no Brasil.

Responsáveis pelo transporte de mais de 60% de toda a carga movimentada no país, esses profissionais passam a maior parte da vida deles na boléia do caminhão. Consideram-se marginalizados, têm problemas de autoestima, comem e dormem mal, param em locais com falta de infra-estrutura. Mais de um terço deles admite ter participado diretamente de uma situação de exploração sexual de criança ou adolescente, muitas vezes sem ter noção clara do que significa isso.

O objetivo da pesquisa foi conhecer o caminhoneiro e obter dele, dentre outras informações, como se relaciona com a temática da exploração sexual, já que está diretamente exposto ao problema em praticamente todas as estradas por onde passa. O resultado subsidiará

as ações do Programa Na Mão Certa, idealizado pelo Instituto WCF-Brasil e que busca mobilizar a sociedade para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Nesse processo, o caminhoneiro será figura-chave, um agente de proteção dos direitos da criança e do adolescente.

A investigação

O que deu origem ao estudo, coordenado pela professora Silvia Koller, foi a percepção de que o caminhoneiro pode ser um parceiro estratégico para o enfrentamento do fenômeno. A professora, além das atividades docentes e de pesquisa, também é responsável, na universidade, pelo Cep-Rua, um centro de estudos sobre crianças, famílias e adolescentes em situação de risco. Foi da experiência acumulada pelo Cep-Rua, em sintonia com objetivos do WCF-Brasil, que nasceu a base da pesquisa com os caminhoneiros.

O trabalho foi executado por 13 graduandos e pós-graduandos, que percorreram as rodovias brasileiras para entrevistar 239 caminhoneiros. “Muitos deles não têm a percepção do que é a exploração sexual, de co-





“Não vamos conseguir nada sem a conscientização do dono dos locais de parada e também dos empresários do setor, de maneira a proporcionar uma vida mais digna ao caminhoneiro.”

• *Silvia Koller,*
coordenadora do programa de pós-graduação
em psicologia da UFRGS.

Alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que participaram da pesquisa coordenada pela professora Silvia Koller.



Samuel Artus

mo isso desestabiliza o desenvolvimento de uma criança”, explica Silvia. “Boa parte deles acredita que está ajudando. Dá a ela um prato de comida, uma carona, um dinheiro. Em troca, vem o favor sexual.

Para ele não é abuso porque a criança, segundo conta, já foi iniciada na vida sexual, deixou de ser uma criança.” Essa visão ficou bastante evidente na pesquisa.

Esse caminhoneiro, então, é uma figura abominável que precisa ser banida das estradas? A pesquisa indica que não. Nesse aspecto, torna-se bastante reveladora. “O limite entre o caminhoneiro abusador e o não abusador é bastante tênue”, explica a pesquisadora



José Luís Longo

Normanda Araújo de Moraes, que percorreu estradas desde o Rio Grande do Sul até o Pará. Normanda faz a seguinte avaliação do caminhoneiro envolvido em exploração sexual:

“É um pai de família que tenta levar uma vida honesta. Mas também é um profissional pressionado pelos prazos, pelas estradas precárias, pelas péssimas condições de muitos dos postos de abastecimento, que não dão a ele sequer uma área de convivência para ver televisão, ler um livro, fazer a barba. São pessoas desvalorizadas pela sociedade, que recebem pouco afeto e têm problemas de auto-estima. Então, quando estaciona para dor-

mir, também é pressionado pela oferta de sexo barato e fácil. Uma oferta, muitas vezes, agenciada pelo próprio dono do posto de gasolina, que mantém no pátio crianças e adolescentes com a única finalidade de exploração sexual. Como é oriundo de uma cultura machista, de dominação do homem sobre a mulher, está pronta a fórmula do abuso: a criança bate na porta do caminhão e ele a convida para entrar”.

O que fazer diante dessa realidade? São vários os caminhos. Muitos deles estão apresentados na reportagem principal desta edição, a partir da página 28.

Os dados

Um aspecto relevante apontado pela pesquisa é que existe outra figura-chave no processo de exploração sexual de crianças e adolescentes. É a minoria de policiais que aproveita para lucrar algum dinheiro



Raul Gonçalves

entrevistados, muitos locais apresentam problemas de infra-estrutura. Mais da metade dos entrevistados disse que gostaria de encontrar, ao menos, um banheiro limpo, uma boa sala de estar ou de TV e uma comida de qualidade. Então, se o caminhoneiro não tem à sua disposição sequer um banheiro decente, não há como se surpreender diante da baixa auto-estima desse profissional. Mais de 75% deles se consideram malvistos pela sociedade.

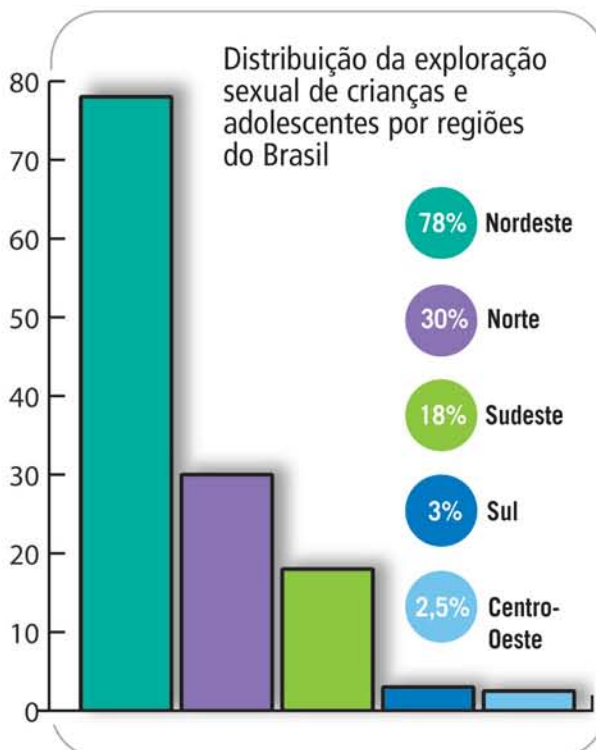
O que um caminhoneiro menos quer em um local de parada é fazer sexo. Menos de 3% procuram essa atividade quando encerram o dia. Por outro lado, conversar com os amigos, ver TV e dormir são apontadas como atividades preferenciais por mais de 65% dos entrevistados. É fácil deduzir, então, que um local mi-

com a exploração sexual nas rodovias. Segundo os caminhoneiros, existem policiais que usam adolescentes para “armar” flagrantes de abuso sexual, de maneira a cobrar propinas que podem chegar, conforme relatos, a R\$ 1 000,00. Apesar dos esforços de diferentes órgãos de governo para erradicar a corrupção no meio policial, os caminhoneiros são enfáticos com relação a esse aspecto. A pesquisa mostrou que a corrupção policial é o quinto maior problema profissional enfrentado pelo caminhoneiro.

Maiores problemas da profissão

Os questionários foram coletados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Norte, Sergipe e Pará, por onde passam as principais artérias da infra-estrutura do transporte de carga brasileiro. A média de idade do caminhoneiro é de 38 anos e 69% deles são casados. A maioria tem apenas o ensino fundamental.

Um dos pontos mais esclarecedores da pesquisa diz respeito às condições dos locais de parada para abastecimento, alimentação e descanso. De acordo com os



Maiores problemas da profissão

	Frequência de respostas	Percentual(%)
Insegurança/Violência	140	25,74
Má qualidade nas estradas	118	21,69
Ficar longe da família	55	10,11
Polícia corrupta	48	8,82
Baixa remuneração	43	7,90
Jornada de trabalho estafante	42	7,72
Pouca carga e frete barato	19	3,49
Discriminação/preconceito	13	2,39
Manutenção cara	8	1,47
Falta de colaboração dos companheiros	5	0,92
Outros	53	9,74
Total	544	100

nimamente decente para descansar e se alimentar seria um passo fundamental para mudar o perfil da vida desse trabalhador. “Não vamos conseguir nada sem a conscientização do dono desses locais de parada e também dos empresários do setor, de maneira a proporcionar uma vida mais digna ao caminhoneiro”, avalia Sylvia Koller. “Associada às péssimas condições dos pontos de parada está a convivência em relação à exploração sexual. O dono do posto simplesmente se beneficia disso como uma fonte de renda para o seu negócio.”

Respostas

Os caminhoneiros foram muito solícitos com os pesquisadores. Mostravam-se dispostos a participar das entrevistas e chamavam os colegas para que eles respondes-



Felipe Fernandes

sem o questionário. “Elogiaram a iniciativa e expressaram o desejo de contribuir. Ao contrário de populações nas quais parece haver um descrédito, os caminhoneiros acreditaram na relevância social da pesquisa e acharam importante participar”, avalia Normanda de Moraes.

Seriam eles os grandes interessados em dar o primeiro passo para enfrentar a exploração sexual nas rodovias e melhorar suas condições de trabalho nas estradas? A pesquisa aponta que sim. Por outro lado, não houve nenhum pudor ou vergonha por parte do caminhoneiro em falar da vida sexual ou de suas relações sexuais com crianças e adolescentes. “Esse fato chamou a atenção da equipe, pois alerta para a força que o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes tem entre a categoria”, avalia a professora Silvia.



A técnica da pesquisa

Para a realização do levantamento, os pesquisadores responsáveis pelo trabalho optaram pela chamada amostragem de conveniência. Como é uma pesquisa de caráter qualitativo, privilegiou-se a seleção de postos de combustível indicados pelos próprios caminhoneiros (técnica do "snow ball") que tivessem a característica de atrair um número significativo deles e, ao mesmo tempo, que representassem importantes pontos de circulação para caminhoneiros de todas as regiões do Brasil.

Ao chegar aos 239 entrevistados, a repetição dos dados já era bastante significativa, o que determinou a conclusão das entrevistas.



Normanda A. de Moraes

A desinformação e o preconceito ainda são muito fortes nesse meio. As questões de gênero são abordadas de forma contraditória e, em geral, demonstram uma formação

pautada pelo machismo.

A infidelidade, por exemplo, é muito mais bem aceita se partir do homem. Apenas 9% aceitam a infidelidade praticada pela mulher, enquanto 25% acham aceitável quando é praticada pelo homem. Dos entrevistados, 64,7% consideram que são os homens que mandam em casa e quase a metade diz que a obrigação da mulher é obedecer ao marido.

Em relação à prostituição, 47,7% afirmam que essa

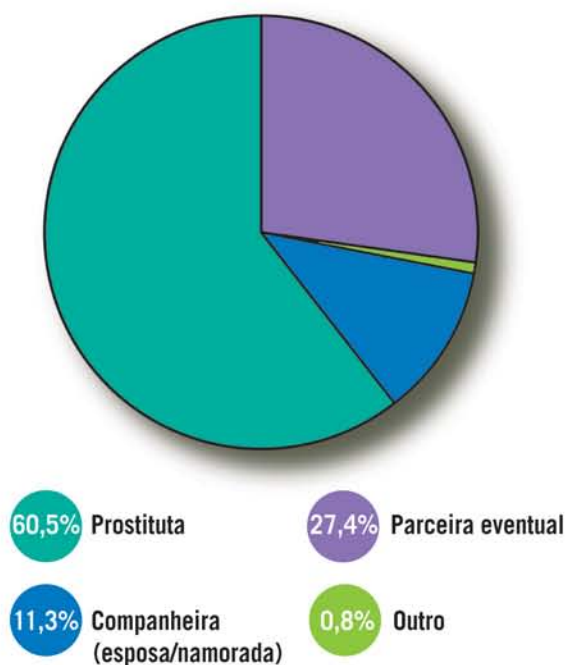
prática não está ligada à exploração e que a mulher opta pela prostituição por livre escolha; 16,5% dos entrevistados consideram aceitável a prostituição infantil. "Admitem encontrar uma menina nessa situação, mas jamais admitiriam que isso existisse dentro da família, o que demonstra a maneira contraditória como encaram o problema", explica Normanda.

A exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias faz parte do universo do caminhoneiro. Está inserida em seu dia-a-dia, em muitos locais de parada. Alguns depoimentos coletados pela equipe são reveladores: "Elas se oferecem; estou carente e aceito". "Ela se



Heitor Tomé

Parceira sexual quando estão na estrada



Percentual de caminhoneiros que afirmam já terem saído com crianças e adolescentes



Luís Adriano Salles

ofereceu e insistiu bastante.” “Ela quis aprender comigo.” “Ela precisava de dinheiro.”

Os pesquisadores observaram que os caminhoneiros consideraram a pesquisa como uma possibilidade de desabafar, quem sabe até uma maneira de contribuir para a construção de um mundo melhor. A complexidade do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias não permite avaliações rasteiras, assim como não permite colocar o caminhoneiro como bode

expiatório de uma prática estruturada em moldes comerciais, tão bem organizada quanto o tráfico de drogas ou de armas. A pesquisa mostra que os caminhoneiros podem e devem se tornar agentes de um processo de transformação.

Para o Instituto WCF-Brasil, a realização desse diagnóstico é um passo importante para conhecer o caminhoneiro e entender um pouco mais o que acontece nas estradas brasileiras. O próximo passo é unir esforços e atribuir responsabilidades, de maneira que empresários, governos e organizações da sociedade civil possam se unir e enfrentar de maneira efetiva a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

Participaram da pesquisa: Airi Sacco, Alyson Canindé, Elder Cerqueira Santos, Felipe Fernandes, Filipe Furlan, Heitor Tomé, José Luís Longo, Luís Adriano Salles, Morgan Yuri Machado, Normanda Araújo de Moraes, Póti Gavillon, Raul Gonçalves, Samuel Artus, Sílvia Koller, Sílvia Reis, Vicente Cassep Borges. Para ler a íntegra da pesquisa, visite www.namaocerta.org.br



Mauri König

O preço da inocência

São demais os perigos desta vida. Para quem tem menos de 12 anos, principalmente.

Esta livre adaptação não exalta o amor sublime de Vinicius de Moraes, nem canta qualquer música que se una a um luar desvairado. Ela conta o desamor terreno de um sem-número de crianças largadas à própria sorte nos extremos do Brasil. Quantas são? Quanto sofrem? Quanto valem? Não há estatística boa o suficiente para dimensionar o problema, nem coração capaz de medir tamanha dor. Mas há, sim, uma resposta, tão direta quanto incômoda, para a mais intrigante das perguntas: a infância tem preço!

A constatação deriva do mergulho numa das faces mais grotescas da natureza humana, a exploração sexual de crianças e adolescentes. A viagem foi longa, muitos são os caminhos que levam ao crime. Percorri com o fotógrafo Albari Rosa uma vasta porção desse submundo dominado por cafetões, traficantes, políticos e policiais corruptos. Foram 28 mil quilômetros por terra, água e ar. Literalmente do Oiapoque ao Chuí, pelas fronteiras.

Ao final de três meses na estrada, retornei com a amarga sensação do pouco valor que se dá à vida. Daí o questionamento inicial: qual o preço da inocência? Chocou-me ver uma mãe trocar a virgindade da filha de 11 anos de idade por um par de sapatos. Mais chocante ainda foi constatar que não são poucos os lugares em que a miséria e a fome levam mães a negociar os filhos em troca de comida. Esse é apenas um viés doméstico do problema. Existe toda uma dinâmica internacional, que usa nossas estradas como rotas de fuga.

O Brasil não cuida de seu maior patrimônio, as crianças. A evasão desse patrimônio acontece com mais intensidade numa meia dúzia de pontos dessa fronteira vasta e porosa. Um tráfico facilitado pela escassez de fis-

cais e de controle como na Ponte da Amizade, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, no Paraguai.

Igual preocupação assombra as pontes que ligam Brasília e Epitaciolândia, no Acre, a Cobija, na Bolívia. Não menos grave é a fronteira seca de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, e Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Ou a de Chuí, no Rio Grande do Sul, com a quase homônima Chuy, no Uruguai. Ou, ainda, o caudaloso Rio Madeira, que separa geograficamente o Brasil da Bolívia, mas os une na contravenção. Da mesma forma, o Rio Oiapoque em relação à Guiana Francesa.

Muitas vezes é a geografia da Floresta Amazônica que determina as rotas da exploração sexual infanto-juvenil. O Rio Amazonas tornou-se marco divisor. Para quem vive acima dele, a Venezuela e o Suriname são mais acessíveis como uma ponte para a Europa. Abaixo da calha do rio, fica mais demorada, cara e perigosa uma investida aos países acima da linha do Equador. Daí a opção mais rápida e barata das fronteiras com a Bolívia, onde há menos dinheiro e as privações são muitas.

Dois exemplos ajudam a entender por que o tráfico e a exploração sexual andam juntos nas fronteiras. Em Ponta Porã, adolescentes vinham sendo aliciadas em Cuiabá e Dourados para trabalhar como garotas de programa e acabavam se tornando “mulas” do tráfico.

O outro exemplo vem da fronteira de Guajará-Mirim (RO) com a Bolívia. Ali, militares em operação na Floresta Amazônica flagraram o corte ilegal de árvores. Como suborno, o dono da madeireira ofereceu os serviços sexuais de uma boliviana de 12 anos de idade. O homem, um brasileiro, foi autuado pelo crime ambiental, mas não pelo crime contra a menina. Esses dois exemplos revelam o quanto nossas autoridades policiais estão pouco – ou nada – preparadas para lidar com a exploração sexual infanto-juvenil.

Mauri König é jornalista da *Gazeta do Povo*.

» boas práticas

O *papel*✓

O enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias só terá resultados quando o setor empresarial trabalhar de modo coordenado para erradicar essa prática de suas cadeias produtivas.



das empresas

Adotadas por um número cada vez maior de empresas no Brasil e no mundo, as práticas de responsabilidade social empresarial (RSE) se tornaram estratégicas na gestão de negócios. Empresas socialmente responsáveis buscam manter uma relação ética e transparente com todos os públicos com os quais se relacionam: clientes, acionistas, fornecedores, governos, meio ambiente e as comunidades que vivem nas áreas de influência de fábricas e escritórios. A busca pelo desenvolvimento sustentado e a redução das desigualdades passam a ser percebidas como estratégia para a própria sobrevivência do negócio.

No âmbito de ações e práticas incorporadas pelas empresas, a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias ainda é um fenômeno pouco discutido. O impacto desse problema na vida das empresas não é, salvo exceções, avaliado pelos gestores de RSE. Não há, muitas vezes, a percepção de que a cadeia pro-

» boas práticas



(1)

Presidente da
Companhia de
Concessão de
Rodovias (CCR),
● Renato Vale.

“Cada vez mais as empresas devem assumir o seu papel de cidadãos e responsáveis com o desenvolvimento social e cultural do país. Somente dessa forma conseguiremos ter um Brasil melhor.”

dutiva pode estar, mesmo que indiretamente, contribuindo para a sobrevivência de redes criminosas de exploração sexual de crianças e adolescentes.

A complexidade do problema ficou clara numa pesquisa realizada pelo WCF-Brasil e conduzida pelo programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 36,8% dos caminhoneiros entrevistados de norte a sul do país admitiram ter tido relações sexuais com crianças ou adolescentes. Ou seja, mais de um terço dos motoristas revelaram aos pesquisadores que, em algum momento, fizeram parte da rede de exploração.

Esse dado é um indicador de que, sim, as empresas têm tudo a ver com a questão, visto que o caminhoneiro, seja como funcionário, seja como fornecedor de cadeias produtivas, ao explorar sexualmente uma criança ou adolescente, transforma esse ato num problema não apenas social ou criminal mas também de gestão empresarial.

Os manuais de RSE, as convenções internacionais assinadas pelo Brasil, as normas de comércio justo e a ética dos negócios não permitem, em suas diretrizes, que um funcionário ou fornecedor faça parte desse esquema. A responsabilidade não é só do caminhoneiro, ou não apenas dele, como mostra a reportagem sobre a pesquisa, na página 18. A responsabilidade é de todos, inclusive das empresas. Alguns fatores são importantes



BELCAR
Caminhões
Cidadania

Parceiros nas estradas

Projeto busca tornar o caminhoneiro um multiplicador de informações

Localizada em Goiânia, no estado de Goiás, e fundada em 1983, a Belcar caminhões é uma das maiores concessionárias Volkswagen do país. Em 1998, foi a primeira concessionária de caminhões a receber o certificado ISO 9002. Em 1999, conquistou o Prêmio Sesi de qualidade no trabalho.

Dentre suas ações sociais, realiza o projeto Parceiros nas Estradas, que informa os caminhoneiros sobre DST/aids. Além da formação do próprio caminhoneiro, o objetivo é que ele também se torne um multiplicador de informações, tanto para seus colegas quanto para familiares, amigos e as pessoas com quem se relaciona sexualmente.

Como a empresa acredita que apenas essa forma de abordagem não é suficiente, pretende desenvolver ações específicas sobre o tema, de maneira a contribuir para mudar de maneira definitiva o comportamento dos caminhoneiros que se relacionam sexualmente com crianças e adolescentes.

www.belcar.com.br

na gênese do fenômeno e sobre eles as empresas têm poder para atuar e transformar a realidade, por exemplo, melhorando as condições de trabalho, oferecendo locais apropriados para descanso, avaliando o tempo de viagem e o que isso representa para a vida pessoal do funcionário.

“É papel do empresário trabalhar pela erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias”, avalia o coordenador no Brasil do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Pedro Américo de Oliveira. “Há uma co-responsabilidade das empresas pelo que acontece durante o transporte de suas cargas.”



E como as empresas podem trabalhar para a erradicação do problema? “A informação e a conscientização dos diversos públicos é um passo muito importante”, diz o presidente da Companhia de Concessão de Rodovias (CCR), Renato Vale. Maior referência no segmento de concessão de rodovias na América Latina, a CCR administra cerca de 1 500 quilômetros de estradas, o que representa 15% da malha rodoviária brasileira sob gestão de empresas privadas. “Cada vez mais as empresas devem assumir o seu papel de cidadãos e responsáveis com o desenvolvimento social e cultural do país. Somente dessa forma conseguiremos ter um Brasil melhor”, avalia. Como convive diariamente com o problema, a CCR firmou uma parceria com as polícias rodoviárias e militar para intensificar a fiscalização e criou programas sociais e culturais com o objetivo de fomentar oportunidades para jovens em situação de risco. “A pobreza é um dos fatores que leva à exploração sexual de crianças e adolescentes. Estando ocupados e motivados, eles têm uma perspectiva melhor”, comenta Vale.

Pacto empresarial

A proposta do Instituto WCF-Brasil, braço brasileiro da World Childhood Foundation (WCF), é colocar o tema em discussão e chamar as empresas para que façam sua parte. O primeiro passo é a assinatura do Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, iniciativa do

“É papel do empresário trabalhar pela erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias.”

Coordenador do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT),
Pedro Américo de Oliveira



(2)

WCF-Brasil e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. O objetivo é que as empresas assumam publicamente e de maneira ampla o compromisso de atuar no enfrentamento do problema e participar, em caráter permanente, de ações e campanhas que têm como meta reduzir dramaticamente, se não erradicar, a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias do país.

Muitas empresas já estão fazendo sua parte, por meio de ações que são relatadas ao longo desta revista. Representam ainda uma minoria. Mas admitiram o problema e deram o passo inicial do que pode vir a ser um amplo movimento empresarial para encarar a questão do mo-



Mobilização de entidades

Ações integradas com organizações sociais buscam promover e proteger os direitos das crianças e dos adolescentes

A CLN opera desde o ano 2000 na rodovia BA-099, numa extensão de 217 quilômetros no entorno das localidades que compõem a orla marítima de Camaçari, um trecho de alta incidência de exploração sexual de crianças e adolescentes.

A empresa participa, com 50 organizações sediadas na região, da Mobilização de Entidades contra a Exploração e o Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. O ponto alto da atividade acontece no verão, quando aumenta o fluxo de veículos na rodovia. O objetivo é promover e proteger os direitos da população infanto-juvenil, alertando a população local e os usuários da rodovia sobre o problema.

A empresa patrocina a veiculação de informações em TVs, rádios e jornais. Também distribui, nos guichês da praça de pedágio, materiais informativos que orientam como a população deve agir em relação a essa temática.

www.clnorte.com.br



Ações de comunicação

Parceria com órgãos do governo busca orientar e conscientizar os usuários da BR-277

A concessionária Ecovia Caminho do Mar administra a BR-277, entre Curitiba e Paranaguá. Também é responsável pela manutenção de três rodovias de acesso do chamado Anel de Integração.

Como liga a capital paranaense a um dos principais portos marítimos do país, a BR-277 tem um intenso fluxo de caminhões, o que a torna uma estrada estratégica em qualquer ação de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A Ecovia realiza um programa em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, com o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

O ponto central consiste em ações de comunicação que informam e alertam os motoristas sobre o problema. Painéis colocados em pontos estratégicos e folhetos distribuídos nas praças de pedágio orientam os motoristas e estimulam a utilização do disque-denúncia.

A empresa também oferece, na praça de pedágio, espaço para organizações que atuam no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, de maneira que elas possam realizar ações com os motoristas. A revista *Ecovia*, distribuída aos motoristas, veicula reportagens sobre o tema, informando os leitores sobre como proceder.

www.ecovia.com.br

do que ela merece: não permitir que a cadeia de negócios esteja minimamente relacionada com a exploração sexual de crianças e adolescentes. “Uma empresa cidadã tem um papel relevante em todos os segmentos da sociedade. Tem, principalmente, a responsabilidade de contribuir para a melhoria das condições das populações mais necessitadas ou em situação de risco”, comenta o diretor-geral da Arcor Brasil e membro do conselho do WCF-Brasil, Sergio Orlando Asís. Empresa do setor de alimentos, a Arcor tem, dentre os itens que compõem sua estratégia de atuação, a contribuição sistemática na geração de capital humano e social e o desenvolvimento de uma gestão baseada nos processos sustentáveis. “Praticando os princípios e valores que norteiam suas ações nos próprios negócios e também em toda a cadeia produtiva, a empresa é um parceiro valioso na promoção da justiça e da equidade”, avalia o empresário.

De acordo com um balanço apresentado no II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, promovido pela Ecpat International (*End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking in Children for Sexual Purposes*) e pelo Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec), da OIT, a cada ano, 100 mil crianças são exploradas sexualmente no Brasil.

O que fazer e como atuar diante de números como esse? “É preciso desenvolver políticas públicas mais eficientes e fortalecer os meios jurídicos, sociais, culturais e empresariais, de maneira que possam agir de forma efetiva”, avalia a socióloga Marlene Vaz, especialista no tema. Um panorama da exploração sexual de crianças e adolescentes, com as causas e formas de enfrentamento, é apresentado na reportagem *Cenário da Exploração Sexual nas Rodovias*, na página 12.



“Praticando os princípios e valores que norteiam suas ações nos próprios negócios e também em toda a cadeia produtiva, a empresa é um parceiro valioso na promoção da justiça e da equidade.”



Diretor - geral da Arcor Brasil e membro do conselho do WCF-Brasil,
Sergio Orlando Asís



E como ficam as empresas diante disso? O Instituto WCF-Brasil acredita que somente a união de esforços pode demandar soluções efetivas. O Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras é proposto como o passo inicial para a realização de ações integradas, que possam ser acompanhadas pela sociedade e principalmente pelas redes de proteção aos direitos da infância e da adolescência. “Nosso objetivo é conscientizar o empresário de que uma atuação efetiva dos agentes econômicos, pelo monitoramento das cadeias produtivas, contribuirá de maneira decisiva”, avalia a diretora-executiva do WCF-Brasil, Ana Maria Drummond. “A erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias depende de um esforço de governos, empresários e



Projeto Anjo Caminhoneiro

A meta é atingir 300 mil caminhoneiros em ações multiplicadoras de conscientização

Fundada em 1976, a empresa atua no ramo de transporte de cargas superpesadas. Sua frota de 160 veículos viaja por todo o país. Na área da responsabilidade social, tem como carro-chefe o Projeto Anjo Caminhoneiro, que combate a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Atua junto de caminhoneiros, postos de gasolina, policiais, borracharias, pedágios e pontos de comércio ao longo das rodovias. O projeto busca transformar esses públicos em multiplicadores de práticas de enfrentamento e prevenção. O objetivo é diminuir o número de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual. Também se quer conscientizar a família dessas crianças e os caminhoneiros para que se tornem os principais agentes de transformação da realidade.

A meta é que 300 mil caminhoneiros sejam mobilizados pelas ações multiplicadoras realizadas em todo o país. A essência do projeto está em mostrar que o abuso, a facilitação e a exploração sexual de crianças e adolescentes devem ser combatidos por meio do espírito multiplicador, solidário e de comprometimento.

www.cruzdemalta.com.br

» Ações pontuais

Contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias

Diversas empresas brasileiras, apesar de não terem ainda consolidado programas ligados à temática da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias, desenvolvem ações pontuais em datas ou momentos específicos, geralmente em 18 de maio, Dia Nacional de Enfrentamento do Abuso e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, ou 30 de junho, quando é comemorado o Dia do Caminhoneiro.

São empresas sensíveis ao problema, que procuram mobilizar seus clientes e funcionários para não compactuarem com a prática. Conheça algumas ações realizadas por empresas que responderam ao questionário enviado pelo Instituto WCF-Brasil:

Via Lagos

Empresa da Companhia de Concessão de Rodovias, formada em 1998 por Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Serveng-Civisan, a Via Lagos distribui cartões-postais abordando a temática da exploração sexual nas rodovias. Os cartões são entregues em datas específicas e também estão disponíveis nos pontos de atendimento dos usuários da rodovia, na região dos Lagos, Rio de Janeiro.

Concessionária Triângulo do Sol

Sediada no município paulista de Matão, administra 442 quilômetros de rodovias no estado de São Paulo. Dentre as atividades realizadas no combate à exploração sexual, patrocinou a confecção de 5 mil cartilhas que abordavam questões ligadas ao tema. O projeto contou com a participação da Prefeitura Municipal de Matão, Conselho Tutelar, Delegacia de Defesa da Mulher, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Centro de Orientação da Mulher e Confederação das Mulheres do Brasil.

Novadutra

Empresa do Sistema CCR, administra a Rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo. Realiza diversas ações na área da responsabilidade social. Seu programa de educação no trânsito atinge crianças da terceira série dos 33 municípios que cercam a rodovia entre as duas capitais de estado. Produziu, em parceria com o município de Lorena, 50 mil exemplares de uma cartilha abordando a exploração sexual de crianças na rodovia. O documento foi distribuído nas praças de pedágio.



(1)

“Os fornecedores devem ficar atentos para que essas práticas não ocorram nas empresas transportadoras de seus produtos e para o perigo que correm ao serem coniventes com o crime da exploração sexual de crianças e adolescentes.”

Gerente de responsabilidade social da Petrobras,
Luís Fernando Nery

(1) Arquivo Petrobras • (2) Pathathai / Shutterstock



Investimento na criança

A empresa é conhecida não apenas pelo seu trabalho de exploração, refino, comercialização e transporte de petróleo. Também é uma das corporações brasileiras que mais investem em projetos sociais e culturais. Duas ações merecem destaque no que diz respeito ao enfrentamento da exploração sexual:

Repasse Fundo da Infância e da Adolescência (FIA)

De acordo com a legislação, todas as empresas tributadas pelo lucro real podem deduzir contribuições para o FIA. Pessoas físicas também podem participar. Os recursos são destinados a programas e projetos que atendem aos interesses de crianças e adolescentes, inclusive o enfrentamento da exploração sexual. Os repasses da Petrobras financiam, em 19 estados, 311 projetos de 191 Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

São atendidos crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e violência doméstica das comunidades vizinhas às unidades de negócios da Petrobras. Também são atendidos aqueles que vivem em sete rotas de exploração sexual comercial estabelecidas como prioritárias pela Companhia. Em 2005, os recursos ultrapassaram R\$ 40 milhões.

Os principais objetivos do programa são:

- Fortalecer os Conselhos de Direitos como instâncias deliberativas de políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes.
- Apoiar ações para melhorar as condições de vida e de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de risco e sua inserção social.
- Fortalecer o FIA como propulsor de orçamento público municipal para infância.
- Incentivar processos de sensibilização empresarial para fortalecimento dos Fundos para infância.



Programa Siga Bem Criança

O objetivo central é enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes e conscientizar os profissionais das estradas sobre os problemas ligados a essa prática. Conta com a participação de diversos órgãos de governo e organizações não-governamentais, como a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O Siga Bem Criança está embasado no projeto Um Mundo para as Crianças, acordo firmado em 2002 entre os governos e a ONU/Unicef. A iniciativa possui 21 metas e objetivos específicos, a serem atingidos ao longo da próxima década, para melhorar a saúde infantil, a educação e a proteção às crianças contra o abuso, a exploração e a violência, além de combater a transmissão do HIV e a disseminação da aids.

Os principais canais de mobilização e difusão de informações sobre o Siga Bem Criança são o Programa Siga Bem Caminhoneiro – veiculado no SBT em cadeia nacional e em 220 emissoras de rádio que cobrem os principais corredores de transporte – e a Caravana Siga Bem Caminhoneiro, que percorreu, em 2004, 20 mil quilômetros e em 2005/2006, 30 mil quilômetros.

A Petrobras informa que o Siga Bem Criança não é apenas uma campanha, mas um compromisso da empresa com as crianças e os caminhoneiros.

da sociedade civil organizada.”

O gerente de responsabilidade social da Petrobras, Luis Fernando Nery, também concorda com a importância de monitorar a cadeia produtiva. “Os fornecedores devem ficar atentos para que essas práticas não ocorram nas empresas transportadoras de seus produtos e para o perigo que correm ao serem coniventes com o crime da exploração sexual de crianças e adolescentes”, diz ele. A Petrobras é uma referência no que diz respeito ao enfrentamento do problema, por meio do Programa Siga Bem Criança e do financiamento de projetos em 19 estados (*leia box na página anterior*).



As empresas que utilizam a rede de transporte e as estradas do país para movimentar mercadorias são o foco principal do Pacto. A gama de organizações é gigantesca, visto que, no Brasil, o meio de transporte terrestre é majoritariamente usado pelas empresas para fazer os negócios funcionarem. Federações e entidades empresariais também terão papel fundamental, pois se espera que recomendem a seus associados o cumprimento das diretrizes especificadas no Pacto. “A comunicação será nossa iniciativa mais eficaz para o enfrentamento da questão”, diz Urubatan Helou, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de São Paulo e Re-

Conheça algumas mobilizações organizadas pelo Programa:

- Outubro/2003 – O Programa chega aos postos de combustíveis. São distribuídos 150 mil folhetos e adesivos para frentistas e caminhoneiros.
- Maio/2004 – Em São Paulo, num dos maiores eventos de caminhoneiros do Brasil, a Fórmula Truck, o Siga Bem Criança recolhe 20 mil assinaturas.
- 18 de maio de 2004 – Em Brasília, caminhoneiros saíram em carreata. O manifesto contra o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil foi entregue ao presidente da República.
- Dezembro/2004 – Missa dos caminhoneiros em Aparecida. 80 mil caminhoneiros.
- 18 de maio de 2005 – Em Fortaleza, mobilização contra o turismo sexual de crianças e adolescentes.
- Dezembro/2005 – Missa dos Caminhoneiros em Aparecida – 60 mil caminhoneiros.
- Fevereiro /2006 – Em Itabuna, BA, mobilização no terminal da Petrobras.
- Maio de 2006 – Grande ação de mobilização dos caminhoneiros no Porto de Paranaguá, SC.
- 18 de maio de 2006 – Carreata de caminhoneiros liderada pela Caravana Siga Bem Caminhoneiro/Siga Bem Crianças no dia de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A caravana liderou a carreata com 300 veículos, entre caminhões, táxis e utilitários, que ocuparam a Esplanada dos Ministérios comandados pelo cantor Sérgio Reis.
- Caravana Siga Bem Caminhoneiro 2004/2005 – Percorreu as principais estradas brasileiras. Mais de 20 mil quilômetros. O Siga Bem Criança fez 97 mobilizações em 44 cidades de dez estados.
- Caravana Siga Bem Caminhoneiro 2005/2006 – Mais de 30 mil quilômetros. O Siga Bem Criança fez 151 mobilizações em 52 cidades de 12 estados.

www.petrobras.com.br

revista
CAMINHONEIRO
ONDE TEM CAMINHÃO, TEM CAMINHONEIRO

Informação qualificada

Revista tem um papel crucial no entendimento da exploração sexual de crianças e adolescentes

Uma das principais publicações direcionadas ao setor de transportes rodoviários, a revista *Caminhoneiro* está no mercado de comunicação há mais de 20 anos e tem como público-alvo o motorista de caminhão. A publicação é mensal e a tiragem, de 100 mil exemplares, é distribuída em mais de 300 pontos em todo o país. Com uma média de 3,5 leitores por exemplar, alcança 350 mil pessoas a cada mês.

Por ser dirigida ao caminhoneiro, a revista tem um papel crucial no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. O tema é abordado com frequência em suas reportagens. A edição de março de 2005, que tinha como matéria de capa a temática da exploração sexual nas rodovias, foi agraciada com o Prêmio Anatec de Mídia Segmentada.

Na linha editorial, a revista procura cumprir da melhor forma possível seu papel de informar, abordando temas que têm a ver com o dia-a-dia do caminhoneiro. A publicação considera que, ao tratar da exploração sexual nas rodovias, contribui para dar ao caminhoneiro uma visão clara das implicações legais e sociais ligadas a essa prática.

www.revistacaminhoneiro.com.br

» boas práticas



(1)

Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de São Paulo e Região e diretor-presidente da Braspress, **Urubatan Helou**

“A comunicação será nossa iniciativa mais eficaz para o enfrentamento da questão.”



Garantia de direitos

Fundação Solidariedade atende crianças e adolescentes em situação de risco

A Volvo está entre os maiores produtores de caminhões pesados do mundo. Atua em 25 países. No Brasil, a área de responsabilidade social criou a Fundação Solidariedade, que abriga, oferece educação, proteção e garantia dos direitos a crianças e adolescentes em situação de risco. O objetivo é evitar que fiquem expostos ao abandono, à negligência e à exploração sexual. A Fundação diferencia-se da maioria das instituições similares por abrigar as crianças e os adolescentes em condição de “lar permanente”, e não como “casas de passagem”. Recebem cuidados em casas-lares até que seja encontrada uma solução segura: reintegrados para o lar de origem quando possível; encaminhados para adoção nacional ou internacional; ou aptos para desenvolverem sua vida pessoal e profissional a partir dos 18 anos. Atualmente, são atendidos 45 crianças e adolescentes em seis casas-lares.

Além de freqüentar as escolas da comunidade local, as crianças realizam atividades dentro da própria Fundação. Participam de um programa educativo e cultural com aulas de canto, dança, musicalização, flauta doce e orquestra de cordas. Educadores sociais, pedagogos e psicólogos promovem um trabalho de reintegração ao convívio social.

www.volvo.com.br

gião e diretor-presidente da Braspress. “As empresas devem se mobilizar e aderir ao Pacto que está sendo proposto pelo WCF-Brasil.”

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social oferece uma série de indicações sobre o papel das empresas no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. São seis pontos de um programa passo a passo. Segundo o gerente de Parcerias do Instituto, Caio Magri, o pacto apresentará resultados substanciais tão logo seja adotado como ferramenta estratégica da gestão do negócio. O Ethos também acredita que o cumprimento da Lei 10.097/00, denominada Lei do Aprendiz, é uma das mais eficientes ferramentas que as empresas podem adotar para prevenir que muitos jovens sejam aliciados por redes de exploração sexual. No site do Instituto (www.ethos.org.br) está disponível o texto integral do “Manual da aprendizagem – o que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz”, editado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Conheça as sugestões do Instituto Ethos de como as empresas podem atuar, baseadas nos eixos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes:

Análise de situação:

- Estabelecer parcerias com agências de estudos e pesquisas para desenvolver projetos de aprofundamento da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes nos aspectos quantitativos e qualitativos.
- Financiar e executar pesquisas no âmbito empresarial para avaliar a atitude dos empresários e dos trabalhadores perante o problema.

Mobilização e articulação:

- Investir em campanhas de mobilização social em nível nacional, regional, estadual e municipal.
- Incentivar os trabalhadores nas empresas ou na comunidade em que atuam a participarem de ações de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Defesa e responsabilização:

- Estabelecer parcerias com os municípios para a instalação e o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, por meio do apoio à infra-estrutura, sobretudo nos aspectos de comunicação e informática.

- Integrar a rede de notificação para aprimorar o serviço de denúncias, com a finalidade de combater a impunidade.

Atendimento:

- Apoiar com recursos de infra-estrutura e logística as redes de atendimento às crianças, aos adolescentes e às famílias vitimados por situações de exploração sexual.
- Apoiar financeiramente programas de atendimento, capacitação profissional, aprendizagem e estágios para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, estabelecendo uma relação com as demais iniciativas sociais governamentais, como o Programa Primeiro Emprego.

Prevenção:

- Inserir nos programas de desenvolvimento de recursos humanos das empresas informações sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, de modo a romper o tabu e o silêncio que cercam a questão.
- Negociar programas especiais com o governo federal, os estados e os municípios para incluir em iniciativas de capacitação profissional, aprendizagem, estágio e primeiro emprego tanto os jovens em risco como os integrantes de suas famílias, a fim de prevenir sua inclusão na rede de exploração sexual.

Protagonismo infanto-juvenil:

- Apoiar financeiramente, com logística e capacitação, os projetos de jovens que trabalham com temas ligados à exploração sexual das crianças e dos adolescentes.
- Incentivar especificamente os trabalhadores jovens (de 16 a 24 anos), nas empresas ou nas comunidades em que atuam, a participar das ações de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Mobilização do setor produtivo

Para chegar à atual fase de mobilização, o Instituto WCF-Brasil realizou, durante seis meses, reuniões de grupos focais com especialistas provenientes de organizações públicas, privadas e do terceiro setor com atuação reconhecida na questão, os quais debateram o tema e deram a linha do Programa Na Mão Certa. O objetivo foi analisar o fenômeno da exploração de crianças e adolescentes nas estradas brasileiras e propor ações para sua solução.

O trabalho dos grupos focais envolveu 42 especialistas em temas direta ou indiretamente relacionados à questão, além de profissionais do WCF-Brasil. A análise revelou que existem inúmeras iniciativas já voltadas pa-



Comunicação e educação

Projeto Navegando nos Direitos busca contribuir para o desenvolvimento sustentável

Sediada no estado do Paraná, a Ciranda tem a missão de promover e defender os direitos da criança e do adolescente por meio de ações de comunicação e educação. O objetivo é fazer da comunicação social um instrumento para a promoção e a defesa dos direitos da infância e da adolescência. Com outras dez organizações, faz parte da Rede Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi).

Dentre os trabalhos realizados está o Projeto Navegando nos Direitos, apoiado pela Petrobras. As ações acontecem em todas as cidades litorâneas do Paraná, com foco central em Paranaguá, município portuário que apresenta alto índice de exploração sexual de crianças e adolescentes. A proposta é contribuir para a criação de uma cultura que acredite na defesa dos direitos da infância e da adolescência como maneira efetiva de contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

O projeto está calcado em três eixos principais:

- **Mobilização social:** tem o objetivo de despertar, esclarecer e provocar um diálogo com a comunidade local. São realizados seminários e elaborados materiais de comunicação para públicos específicos.
- **Prevenção:** os públicos são professores, adolescentes de escolas públicas e caminhoneiros, pessoas que diariamente sofrem o impacto do problema. São realizados debates, oficinas e atividades nas escolas e na região portuária.
- **Articulação social:** trabalha na orientação de estruturas capazes de impedir a exploração sexual, como donos de hotéis e bares. As ações são desenvolvidas em parceria com o Ministério Público do Trabalho. Incentiva uma conduta de proteção aos direitos da infância e da adolescência.

www.ciranda.org.br



Serviço Social do Transporte
Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Plano nacional

Capacitação prepara o trabalhador para o entendimento dos conceitos básicos sobre o tema

O Sest/Senat é uma instituição da sociedade civil, sem fins lucrativos, que desenvolve políticas voltadas para o trabalhador do transporte e para a sociedade. Conta com 123 unidades, distribuídas em todo o território nacional. Hoje existem mais de 1 milhão de trabalhadores do transporte circulando pelo Brasil.

Em 2004, o Sest/Senat firmou um Acordo de Cooperação com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), objetivando instrumentalizar a instituição para que esta pudesse preparar seus funcionários, os trabalhadores do transporte e a sociedade no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em 18 de maio de 2004 – Dia Nacional de Enfrentamento do Abuso e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes –, o Sest/Senat lançou o Plano Nacional do Setor do Transporte em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Foi organizada uma mobilização em parceria com o governo federal e diversas organizações governamentais e não-governamentais.

Em dezembro de 2004 foi lançada uma grande campanha que tinha como meta capacitar, no prazo de um ano, 25 mil trabalhadores do transporte como Motorista Cidadão no Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. No final de 2005 já haviam sido capacitados mais de 40 mil trabalhadores. Essa capacitação prepara o trabalhador para o entendimento dos conceitos básicos sobre o tema, possibilitando detectar situações de abuso e exploração e assim utilizar o Disque-Denúncia ou acionar a Rede de Garantias de Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Em 2006, o tema foi incorporado como tema transversal nos 200 cursos presenciais que o Sest/Senat oferece aos trabalhadores do setor e de outros segmentos. O resultado é que até o final do ano de 2006 mais de 250 mil trabalhadores, que fazem cursos nas unidades, serão capacitados.

www.ciranda.org.br

ra o tema. Mostrou, principalmente, a necessidade de ações integradas entre governos, empresas e organizações da sociedade civil, de maneira a produzir ações alinhadas e articuladas.

Três ações foram propostas pelos grupos focais:

1. Promoção de cidadania e sensibilização dos caminhoneiros.
2. Disseminação de boas práticas de apoio às crianças e aos adolescentes envolvidos com a exploração sexual.
3. Articulação, pelo WCF-Brasil, de agentes envolvidos no fenômeno.

Próximos anos

No planejamento de ações até 2010, o WCF-Brasil e seus parceiros realizarão ações pautadas por três macrodiretrizes que compõem o Programa Na Mão Certa:

- **Articulação dos três setores:** WCF como agente mobilizador e divulgador de informações para os governos, para as empresas e para as organizações não-governamentais.
- **Educação:** trabalho com toda a cadeia de transportes para que assim se atinja o caminhoneiro, com enfoque positivo.
- **Atendimento:** projetos com crianças e adolescentes para atacar a causa.

Os quadros a seguir apresentam um resumo de cada uma das macrodiretrizes do Programa Na Mão Certa, previstas para acontecerem nos próximos cinco anos:

ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Ações	Caminhos
Promoção de eventos intersetoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões periódicas e sistemáticas; formação de grupos de trabalho sobre temas específicos
Aproximação e apoio a iniciativas de todos os setores.	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação permanente, valorizando a cooperação e a sinergia • Monitoramento dos dados relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes • Participação na formulação de políticas públicas de defesa de crianças e adolescentes e de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Ações	Caminhos
Produzir conteúdos para inserir o fenômeno no treinamento das empresas e em programas de formação profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de sensibilização de caráter permanente • Utilização dos programas de educação continuada, de formação profissional e de atendimento ao caminhoneiro • Estudar a viabilidade de programas de educação a distância
Pacto Empresarial incluindo as entidades de classe	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão e tratamento amplo das questões que afetam a qualidade de vida no trabalho do caminhoneiro
Conteúdos setoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de um manual com indicação de boas práticas a ser adotadas pelos diversos grupos de empresas do setor privado • Distribuição focada em organizações com maior potencial de influência e disseminação

Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, pelo qual as empresas assumem publicamente o compromisso de realizar ações permanentes que comecem a mudar o panorama da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

A assinatura do pacto é voluntária. Contudo, participar dessa iniciativa é pressuposto necessário para fazer parte das ações e campanhas articuladas pelos atores ligados a ela.



Trabalho de conscientização

Empresa investe no caminhoneiro como um cidadão capaz de atuar na transformação social

A Volkswagen está no Brasil desde 1953, onde instalou a primeira fábrica fora da Alemanha. Dentre suas ações de responsabilidade social, uma se destaca pelo enfrentamento direto da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras: Nosso Amigo Caminhoneiro, realizada em 2004 durante a 16ª Gincana do Caminhoneiro, na cidade catarinense de Itajaí.

A ação objetivou conscientizar o caminhoneiro e buscar seu apoio para o enfrentamento do problema. No evento apresentou-se um artista, ex-caminhoneiro, que criou o personagem Palhaço Pirulito. O espetáculo esteve todo centrado em trabalhar para que o caminhoneiro se tornasse um agente de defesa dos interesses das crianças e dos adolescentes.

A Volkswagen tem a percepção de que o caminhoneiro, apesar de não ser seu funcionário, está inserido em sua cadeia produtiva e também é um cidadão com grande poder de transformação e mobilização social. Por isso, atua para melhorar a auto-estima e a qualidade de vida desses profissionais. A Volkswagen também acredita que toda empresa que de alguma maneira atua nas rodovias do país deve fazer a sua parte no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

www.volkswagen.com.br

ATENDIMENTO

Ações	Caminhos
Produzir conteúdo educacional para inserir a exploração sexual de crianças e adolescentes nos programas das escolas em municípios-chave	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de educadores e profissionais dos serviços de saúde e assistência social para diagnóstico precoce e encaminhamento aos serviços de atendimento específicos
Identificar e promover experiências de sucesso – replicação em pontos críticos do território nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Banco de projetos • Pesquisa de campo
Aprofundar o perfil de crianças e adolescentes envolvidos com o problema	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de estudos e pesquisas

Na visão do WCF-Brasil e do Instituto Ethos, todos esses pontos devem estar incluídos na mobilização do setor produtivo. Foi a partir das reuniões dos grupos focais que surgiu a ideia do Pacto Empresarial contra a



Oded Grajew

Participação empresarial

Na sociedade brasileira, já ficou demonstrado que tratar a exploração sexual de crianças e adolescentes apenas do ponto de vista de ações policiais não resolve o problema, uma vez que o fenômeno ultrapassa tais limites, pois é alvo de implicações econômicas, políticas e sociais. Por causa disso, as ações de enfrentamento requerem esforços conjugados, na forma de políticas públicas e ações privadas de médio e longo prazo.

Depois que o presidente da República, num exemplo pioneiro na história dos direitos infanto-juvenis, determinou que o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes é uma prioridade de governo e convocou a sociedade para participar dessa luta, a classe empresarial tem a oportunidade de se envolver efetivamente em ações de responsabilidade social.

Nos últimos tempos, tem crescido o número de empresários atentos à necessidade de empreender ações no campo social. Ao defendermos o tipo de sociedade que queremos para os nossos filhos, estamos contribuindo para a construção de um mundo melhor.

A conquista mais significativa nesse campo sintetiza o esforço da sociedade brasileira para estabelecer um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política e financeira para enfrentar o problema. Ela se expressou na elaboração, no ano 2000, do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, cujo evento reuniu mais de uma centena de organizações governamentais e não-governamentais.

O plano foi homologado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que o legitimou como diretriz para as políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal. As ações já previstas no Plano, ao lado de outras iniciativas do governo federal, têm o programa Fome Zero como carro-chefe. Elas constroem uma possibilidade concreta para a cria-



Arquivo Instituto Ethos

ção de uma forte rede de proteção capaz de reduzir as desigualdades e estender a cidadania a todos, gerando o bem-estar de crianças e adolescentes.

As empresas com consciência de sua responsabilidade social podem atuar por meio de várias ações nos seis diferentes eixos do referido Plano Nacional. Podem, por exemplo, estabelecer parcerias com os municípios para a instalação e o fortalecimento do Conselho Tutelar. Ou apoiar financeiramente programas de atendimento, capacitação profissional, aprendizagem e estágios para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Agora, com a criação do Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, as empresas podem contribuir de maneira decisiva para acabar com o problema.

Nesse aspecto, será importante levar em conta o monitoramento das cadeias produtivas, de forma a não permitir que nenhum elo da rede de negócios se envolva direta ou indiretamente com o delito. Assim, o setor produtivo poderá contribuir para cortar boa parte da fonte de financiamento das organizações criminosas que controlam a exploração sexual de crianças e adolescentes. Dessa forma, o caminhoneiro será figura-chave, atuando como agente de proteção e de multiplicação de iniciativas.

A exploração sexual de crianças e adolescentes é um fenômeno socialmente mediado pelas questões de gênero, raça/etnia, idade e classe social. Chegou o momento de empresários, governos e sociedade civil se unirem para acabar de vez com o problema, para que essas crianças e adolescentes possam viver de maneira digna, de acordo com o que é estabelecido pela Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.

Oded Grajew é presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos.





PACTO EMPRESARIAL



CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS RODOVIAS BRASILEIRAS

AS EMPRESAS E DEMAIS ORGANIZAÇÕES SIGNATÁRIAS DESTE PACTO

- Conscientes de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam contribuir para a promoção e garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil;
- Determinadas a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas rodovias brasileiras;
- Cientes de que a erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em especial, nas rodovias brasileiras, depende de um esforço de todos os responsáveis – governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada – para mobilizar e envolver nesta ação um número cada vez maior de empresas, entidades representativas e organizações civis.

ASSUMEM PUBLICAMENTE OS COMPROMISSOS DE:

1. Intervir com ações e procedimentos junto à rede de serviços de transportes e aos prestadores de serviços ligados ao setor de transportes, levando o caminhoneiro a atuar como agente de proteção, objetivando eliminar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas rodovias brasileiras:
 - a. Promover discussão e tratamento amplo das questões que afetam a qualidade de vida no trabalho do caminhoneiro, propondo soluções;
 - b. Inserir o tema nos programas presenciais e/ou a distância de treinamento, educação continuada, formação profissional e atendimento do caminhoneiro;
 - c. Disseminar as boas práticas que podem ser adotadas pelos diversos grupos de empresas da iniciativa privada e entidades empresariais.
2. Participar, como signatário deste pacto, de campanhas de enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas rodovias brasileiras, em caráter contínuo e permanente.
3. Criar mecanismos nas relações comerciais que estabeleçam compromissos com seus fornecedores, especialmente aqueles diretamente envolvidos com a cadeia produtiva dos serviços de transporte para que, igualmente, cumpram os princípios e compromissos deste pacto.
 - a. Definir restrições comerciais àquelas empresas e/ou pessoas identificadas na rede de transportes que permitam, utilizem ou facilitem a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas rodovias brasileiras.
4. Informar e incentivar todas as pessoas que integram as estruturas da empresa ou entidade a participar das ações de enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas rodovias brasileiras.
5. Apoiar, com recursos próprios e/ou do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), projetos de reintegração social de crianças e adolescentes vulneráveis à exploração sexual comercial ou vítimas dela, garantindo-lhes oportunidade para superar sua situação de exclusão social. Tais projetos podem ser implementados em parceria com as diferentes esferas do governo e organizações sem fins lucrativos, visando sua maior efetividade.
6. Monitorar a implementação das ações descritas acima e o alcance das metas propostas, tornando públicos os resultados desse esforço conjunto.
7. No caso de federações e entidades empresariais representativas, considerando que estas não possuem poder fiscalizador, o compromisso consiste em recomendar a seus associados que observem as práticas recomendadas no presente pacto.
 - a. Tomar todas as iniciativas para que um número cada vez maior de empresas e organizações afiliadas venham a aderir ao presente pacto.
8. O Instituto WCF-Brasil, com o apoio do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, assume as responsabilidades adicionais de:
 - a. Criar e disponibilizar um site do programa de enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas rodovias brasileiras, com este pacto;
 - b. Criar e disponibilizar ferramentas (ações, conteúdos, boas práticas e outras sugestões) para implementação nas empresas;
 - c. Divulgar experiências, de forma a promover a multiplicação de ações que possam contribuir para o fim da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas rodovias brasileiras.



Na mão certa

Para aderir ao pacto acesse www.namaocerta.org.br

A responsabilidade é de *todos*, *nós*



Cristina Albuquerque, coordenadora do Programa Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Governo mobiliza 14 ministérios para enfrentar o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em parceria com diversos órgãos, o Programa Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, já identificou 937 municípios brasileiros onde ocorre exploração sexual de crianças e adolescentes. Das ações fazem parte, além dos 14 ministérios, Congresso Nacional, estados, municípios, Poder Judiciário, Ministério Público, organizações internacionais e organizações da sociedade civil. Nesta entrevista, a coordenadora do Programa, Cristina Albuquerque, faz um balanço das ações realizadas até agora e aponta o que ainda precisa ser feito.

WCF - Qual é o tamanho do problema?

» Cristina Albuquerque - Acontece em todo o território nacional, tanto nas regiões mais pobres quanto nas mais ricas. Temos que perceber essa dimensão não apenas do ponto de vista quantitativo, mas principalmente do qualitativo. Em nenhum país existem estatísticas confiáveis em relação ao abuso e à violência sexual. Sempre são amostrais ou projeções. No Brasil, o fenômeno está associado sobretudo a situações de vulnerabilidade pessoal e social dessas crianças e adolescentes. Por isso, o enfrentamento precisa ter um caráter nacional, envolver todos os setores da sociedade.

O que leva ao abuso e à exploração?

» O abuso sexual acontece em todas as camadas da população, dos mais ricos aos mais pobres. Muitas vezes é acobertado pela família. Já a exploração comercial é mais visível. São fenômenos que pedem diferentes estratégias de ação. São vários os fatores que geram o problema. Em primeiro lugar há a questão cultural, ou seja, a dominação do adulto sobre a criança e o adolescente. A maioria das vítimas é do sexo feminino, por causa da cultura de dominação do homem sobre a mulher.

O problema, então, é cultural?

» Não apenas cultural. A vulnerabilidade dessas crianças e adolescentes está ligada à pobreza e à miséria. A maioria das meninas exploradas é oriunda de famílias pobres e de baixa escolaridade. Por isso, o programa coordenado pela Secretaria realiza ações integradas com diversos minis-

térios, como os da Educação, Justiça e Saúde. Atuamos também no Congresso, no Poder Judiciário, nas diversas polícias e nas organizações não-governamentais. O enfrentamento requer a participação de diferentes órgãos e organizações. Além da questão da pobreza e da escolaridade, temos outro fator, menos representativo, que é o da sociedade de consumo, quando o tipo da necessidade é outro: é o desejo de um tênis novo, da bolsa que está na moda, do relógio. Nesse aspecto do consumo, a escola tem um papel fundamental na formação da consciência crítica da juventude.

De quem é a responsabilidade pelo enfrentamento da exploração sexual?

» A responsabilidade é muito fácil de ser atribuída. Está no artigo 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Ou seja: a responsabilidade é de todos nós, de toda a sociedade. Esse artigo da

Constituição, de certa forma, é repetido no artigo 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente. As responsabilidades estão bastante claras.

O Estado está fazendo sua parte?

» Sim, está fazendo. Vou citar algumas ações que considero importantes. Temos um Disque-Denúncia nacional sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. Temos o Programa Sentinela, que foi ampliado de 314 para 1 104 municípios. Existe a política nacional de enfrentamento do tráfico de pessoas, que atende inclusive crianças e adolescentes explorados nas estradas e rodovias. Foi realizado um grande programa de formação de policiais, que está mudando a postura dos agentes para que atuem de acordo com a política de direitos humanos. A Polícia Rodoviária Federal, nossa parceira estratégica, realizou um mapeamento completo das rodovias onde ocorre o problema e desenvolve um trabalho fundamental de combate à exploração nas rodovias. Implantamos, via Ministério da Saúde, a Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde. Também é importante destacar o papel do Ministério do Turismo, que desenvolve ações de enfrentamento do turismo sexual. A implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e que articula ações nos três níveis de governo, possibilitou maior efetividade no enfrentamento do fenômeno. Também contribuiu o combate à pobreza por meio do Bolsa Família, agora integrado com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

A responsabilidade é muito fácil de ser atribuída. Está no artigo 227 da Constituição. A responsabilidade é de toda a sociedade.



Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE), presidente da CPMI.

CPMI *investigou*

Propostas de alteração no Código Penal foram aprovadas pelo Senado, mas estão paradas na Câmara dos Deputados há mais de um ano.

Uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) realizou, por mais de um ano, uma ampla investigação sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no território brasileiro. Os resultados são chocantes: diversas pessoas que deveriam defender os direitos das crianças estavam envolvidas nas redes de exploração sexual, tais como políticos, juízes, policiais, esportistas e líderes religiosos. No relatório final, a comissão sugeriu o indiciamento de 250 pessoas. A CPMI foi presidida pela senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE), que também faz parte da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A comissão foi instalada no dia 12 de junho de 2003 e votou seu relatório final em julho de 2004. As diligências constataram que a prática da exploração sexual de

crianças e adolescentes está disseminada em todo o país. A exploração sexual comercial conta com a ação organizada de redes que reduzem meninas e meninos à condição de mercadoria, tratando-os como objeto de prazer ao adulto.

Mudanças na Lei

Ao longo das investigações, a CPMI encontrou crianças e adolescentes absolutamente fragilizados.

A violência sexual causa sérios impactos não só na vida das crianças como também no cotidiano de suas famílias. As crianças ou os adolescentes vitimados acabam perdendo a referência dos papéis desempenhados por quem cuida e por quem merece cuidado. Isso porque muitos meninos e meninas passam a sustentar suas famílias com dinheiro proveniente do mercado do sexo.

No relatório final, a CPMI ofereceu diversas sugestões para aprimorar as políticas públicas na área da infância e alterações legislativas que procuram resguardar os direitos das vítimas e propiciar o enquadramento criminal dos culpados. Entre as principais propostas está a mudança, no Código Penal, do conceito de “crimes contra os costumes” para “crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual”. A senadora explica: “O Código ainda trata essa questão com base no aspecto moral. Nossa intenção é trazer uma visão mais moderna: a do direito a um desenvolvimento sexual saudável para todas as pessoas”.

Outro ponto importante é o trata-

acompanha os nossos sonhos. Muitas vezes, isso nos deixa com a sensação de impotência diante dos imensos desafios que temos de enfrentar cotidianamente. Mas sabemos que as coisas estão andando, sim, estão avançando.

Enfrentamento

Só o fato de a sociedade brasileira estar mais consciente sobre a necessidade de combater esses crimes já é um ganho significativo. É evidente, entretanto, que precisamos avançar mais em áreas como a da responsabilização dos culpados e a das políticas públicas de atendimento às vítimas e de prevenção ao problema. Também precisamos

deiro projeto de vida, capaz de resgatar a sua auto-estima, a sua autoconfiança.

O futuro

Não basta incluir essas crianças em programas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família e o Peti (*Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*), embora essas estratégias sejam, sim, importantes para determinados grupos da população. O que eu defendo é que sejamos capazes de oferecer a esses meninos e meninas oportunidades para que eles possam também ter acesso, por exemplo, a cursos de capacitação e geração de renda interessantes, tais como computação,

o problema no Brasil

mento mais amplo para os crimes sexuais. Segundo o Código Penal, o estupro, por exemplo, é um delito cometido apenas contra as mulheres. A sugestão da CPMI classifica o estupro e o atentado violento ao pudor como um único tipo penal, cometido contra as pessoas, e não somente contra as mulheres.

Confira trechos da entrevista concedida pela senadora:

Resultado da CPMI

Uma das maiores conquistas da CPMI da Exploração Sexual foi trazer à tona um tema que estava ainda muito cercado de silêncio, preconceitos e tabus. Visitamos 22 estados, recebemos mais de 800 denúncias, pedimos o indiciamento de mais de 200 pessoas e propusemos alterações na lei e nas atuais políticas públicas. Infelizmente, porém, o ritmo da mudança nem sempre

aprovar urgentemente os projetos de lei propostos pela CPMI. As principais mudanças já foram aprovadas pelo Senado há mais de um ano (*em março de 2005*) e estão aguardando, desde então, apreciação da Câmara dos Deputados. Estamos devendo essas respostas concretas a tantos meninos e meninas que tiveram a coragem de expor seus dramas.

As crianças

Chega de fazer políticas pobres para os pobres. Precisamos ir além. Precisamos oferecer para essas crianças – além, é claro, de uma escola moderna e competitiva que seja realmente capaz de lidar com essa questão tão delicada – chances concretas para que elas possam se inserir no mundo globalizado. Essas crianças não querem apenas migalhas. Precisam de um verda-

moda, artes, design gráfico, teatro, dança. Também não podemos esquecer as famílias desses meninos e meninas.

Papel das empresas

O papel da iniciativa privada nessa luta é de extrema importância. É crescente, no Brasil, a noção de que todos têm responsabilidade na tarefa de mudar este país. Empresas privadas, organizações do terceiro setor e o poder público estão se engajando cada vez mais em ações e estratégias de inclusão social. Isso é muito positivo. Quanto ao combate da exploração sexual nas rodovias brasileiras, é fundamental a participação das empresas do setor de transportes, sobretudo em ações de cunho educativo e de esclarecimento sobre a gravidade dessa questão, voltadas principalmente para os caminhoneiros.





exemplo



Inclusão. *SOCIAL* e *protagonismo* *juvenil*

No litoral de São Paulo, o Projeto Camará ultrapassa as fronteiras da assistência social e prepara jovens para a vida.

Localizada próxima ao porto de Santos, a bela cidade de São Vicente é visitada tanto por turistas como por trabalhadores que estão de passagem, dentre eles caminhoneiros e funcionários de grandes corporações. Em toda a região, a exploração sexual de crianças e adolescentes é favorecida por esse fluxo ligado aos negócios portuários, com alta rotatividade de pessoas. Tanto viajantes quanto moradores, muitas vezes, não estão preparados para lidar com esse fenômeno e se tornam financiadores de uma complexa rede de exploração sexual de crianças.

Como em todo o país, em São Vicente as ações governamentais não dão conta de prevenir a exploração e encaminhar os jovens em situação de risco para atendimento especializado. Esse vácuo, muitas vezes, é preenchido por organizações da sociedade civil. Dentre as instituições mais atuantes na região está o Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência. Fundado em 1997, tem a missão de promover a inclusão e a participação de jovens na rede social ampliada, priorizando o atendimento àqueles que vivem em situação de risco social e pessoal.

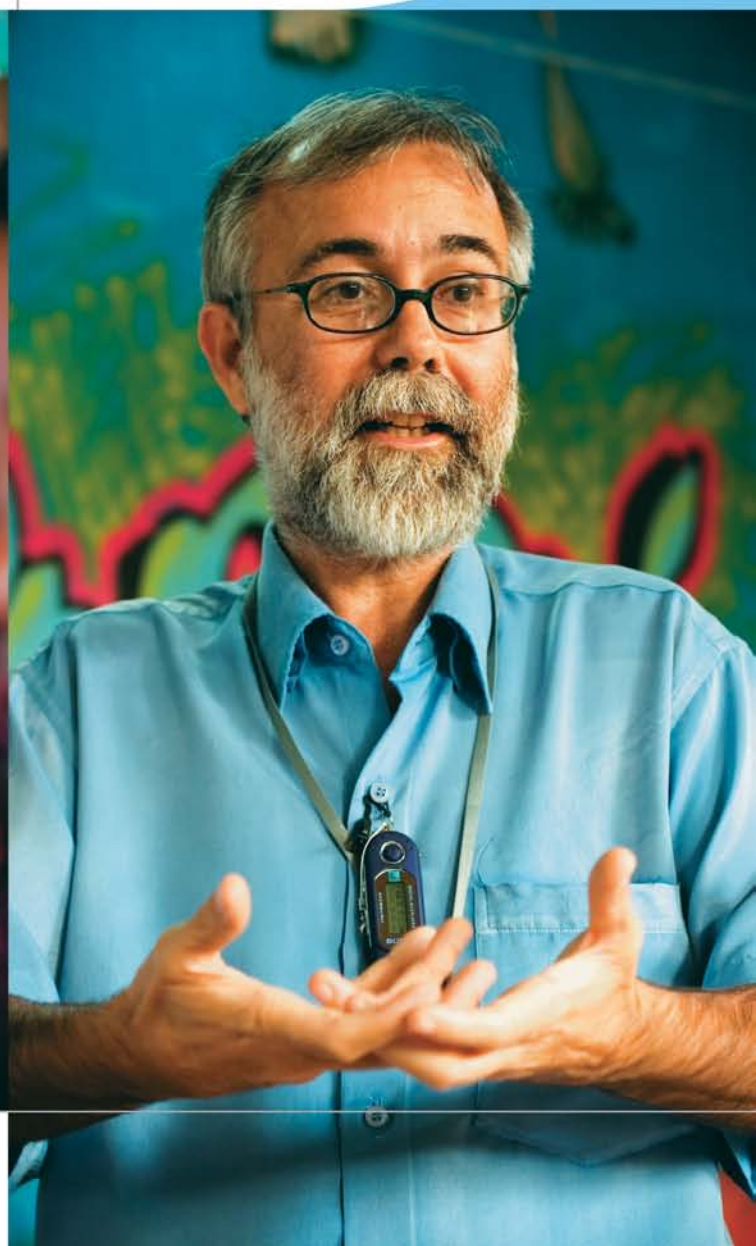
» exemplo

Direitos humanos

O Camará entende os jovens como sujeitos desejantes e com direitos, ou seja: o campo de atuação está diretamente vinculado à temática dos direitos humanos e das necessidades fundamentais da pessoa humana. “É preciso romper o mero círculo da assistência, pois só isso não basta”, explica o educador João Carlos Guilhaermino da Franca, responsável pelo projeto. “Se não construirmos com os próprios sujeitos o processo de resignificação, teremos políticas verticais, autoritárias e ineficientes.” Na prática, isso significa que uma menina ou um menino em situação de exploração sexual só vai conquistar uma nova vida quando puder fazer a compreensão crítica dos fatores sociais que o colocaram naquele lugar. Não adianta apenas tirá-lo da rua. É preciso compreender o que o mantém naquele lugar.

“Não adianta dizer: vamos sair da rua e ir para o abrigo. Essa jovem ou esse jovem precisam primeiro compreender os fatores que os mantêm naquele lugar.”

● *João Carlos Franca,*
Coordenador do Projeto Camará.



O trabalho realizado pelo Camará está organizado em quatro núcleos programáticos que têm o objetivo de promover a inclusão e a transformação social:

» Núcleo Psicossocial

Os jovens passam por atendimento psicológico, visitas técnicas domiciliares e acompanhamento terapêutico. O objetivo é possibilitar a eles o reconhecimento de um lugar social e a abertura para novas formas de circulação de seu desejo no mundo.

» Núcleo de Pesquisa e Formação

Realiza atividades de estudo, pesquisa e capacitação profissional. No plano clínico, é considerado essencial o desenvolvimento de pesquisas qualitativas e aplicadas como sustentáculo do processo de intervenção, para estabelecer referenciais teóricos e metodológicos, o que dá mais qualificação às ações realizadas.

» Núcleo de Cultura e Trabalho

Iniciado apenas como um núcleo cultural, evoluiu para ações que permitissem também a geração de renda. As atividades são as mais variadas, de dança a estamparia, de música a produção de moda. “O trabalho é um tema importante para nós. Estamos estruturando espaços de geração de renda, pensando conceitos de economia solidária e cooperativismo”, explica João Carlos.

» Núcleo de Políticas Públicas:

Tem por objetivo qualificar a participação de educadores e jovens nos coletivos (fóruns, colegiados, comissões, conselhos e conferências) encarregados da formulação e do controle social das políticas públicas para a infância, adolescência e juventude. Atualmente, o Camará tem representação nos seguintes colegiados:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conselheiro titular
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conselheiro suplente
- Conselho Municipal da Assistência Social – Presidência
- Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Presidência
- Comissão Municipal de Juventude – Em formação

Principal estratégia: controle social

O exercício efetivo do controle social se dá pela participação ativa de educadores e jovens em todos os espaços públicos onde se travam debates e disputas por políticas sociais de caráter público e destinadas ao interesse coletivo.



Protagonismo juvenil

A formação de educadores e monitores é ponto estratégico no Camará. Muitas meninas que chegaram na situação de abrigadas se tornaram monitoras de oficinas. Elas desempenham papel fundamental no relacionamento com as jovens que chegam ao projeto, fragilizadas psicologicamente e que encontram forças nos exemplos oferecidos por pessoas da idade delas.

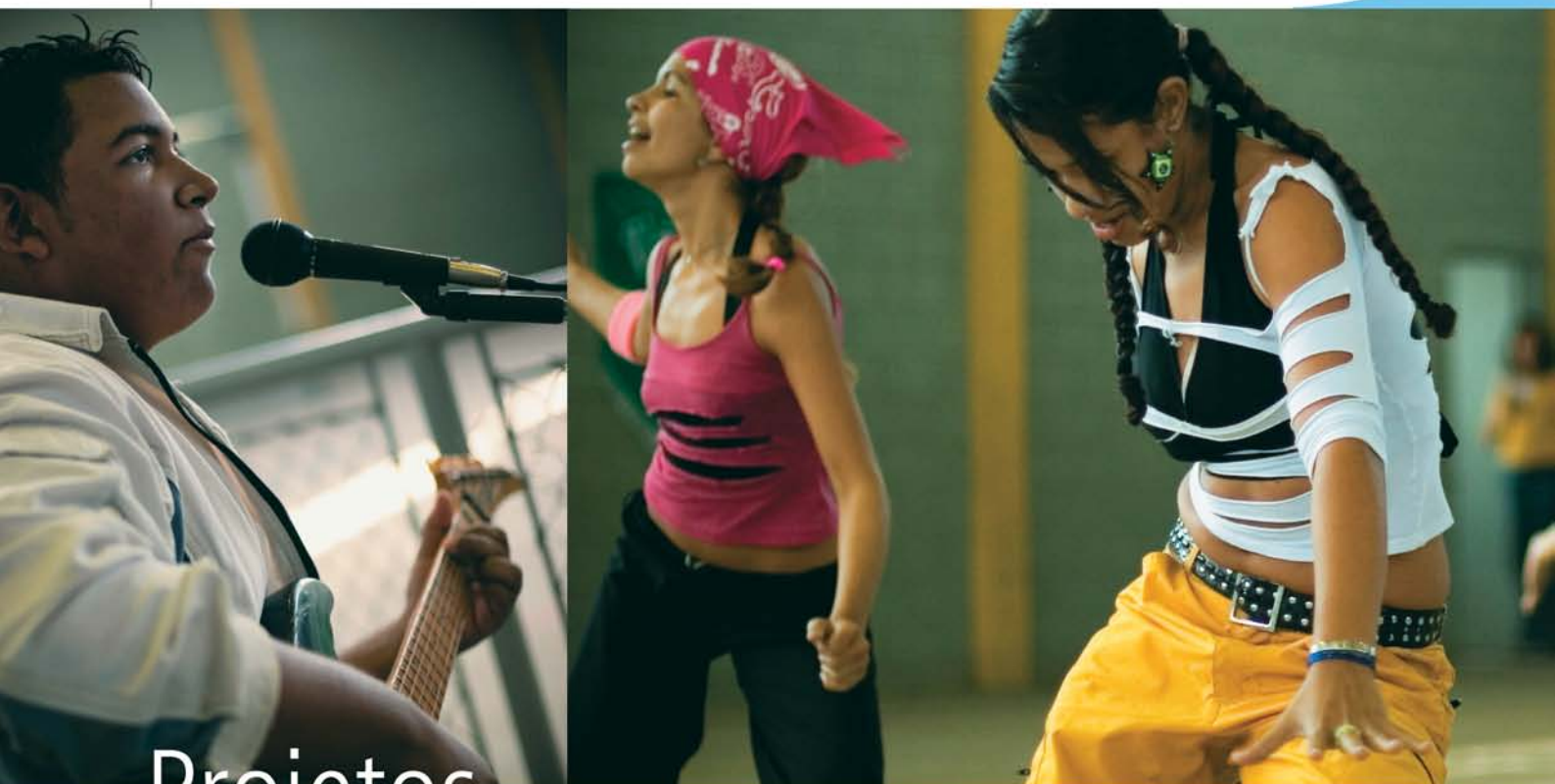
A adoção dessa co-gestão, que promove a participação direta dos jovens nos espaços de discussões, decisões e elaboração da própria instituição, tem sido uma das ações adotadas para fortalecer o protagonismo juvenil dos participantes.

No Camará existe um forte direcionamento para a construção coletiva e solidária. Tudo é decidido de forma democrática e organizada, todos podem ter voz e vez de atuar. “Os interesses coletivos são mais importantes que os individuais”, resume João Carlos. A co-gestão é vista como uma forma de alterar relações de poder e construir a democracia. Nesse caso, o próprio processo de gestão torna-se parte das ações pedagógicas e terapêuticas, posto que distribui responsabilidades e reforça a formação dos jovens.

» exemplo

O Camará está entre as organizações apoiadas pelo Instituto WCF-Brasil. O Instituto promove injeção de recursos para o fortalecimento institucional, os projetos de atendimento psicossocial e também para diversas oficinas, como a de estamparia. “O Camará desenvolve e mantém uma metodologia exemplar de atendimento e atenção à parte psicológica e social de adolescentes e jovens em situação de risco”, avalia a coordenadora de projetos do WCF-Brasil, Carolina Padilha.

Também existe uma grande preocupação com a atuação política. Nesse campo, o Camará passou a integrar os conselhos participativos de assistência social e dos direitos da criança e do adolescente. Assim, desenvolve ações de articulação e questionamento permanente da efetividade das políticas públicas. Com isso, o Camará busca continuamente uma postura crítica e propositiva em relação a tudo o que acontece no campo político e governamental.



Projetos

Diversos projetos e ações foram realizados pelo Camará desde sua fundação.

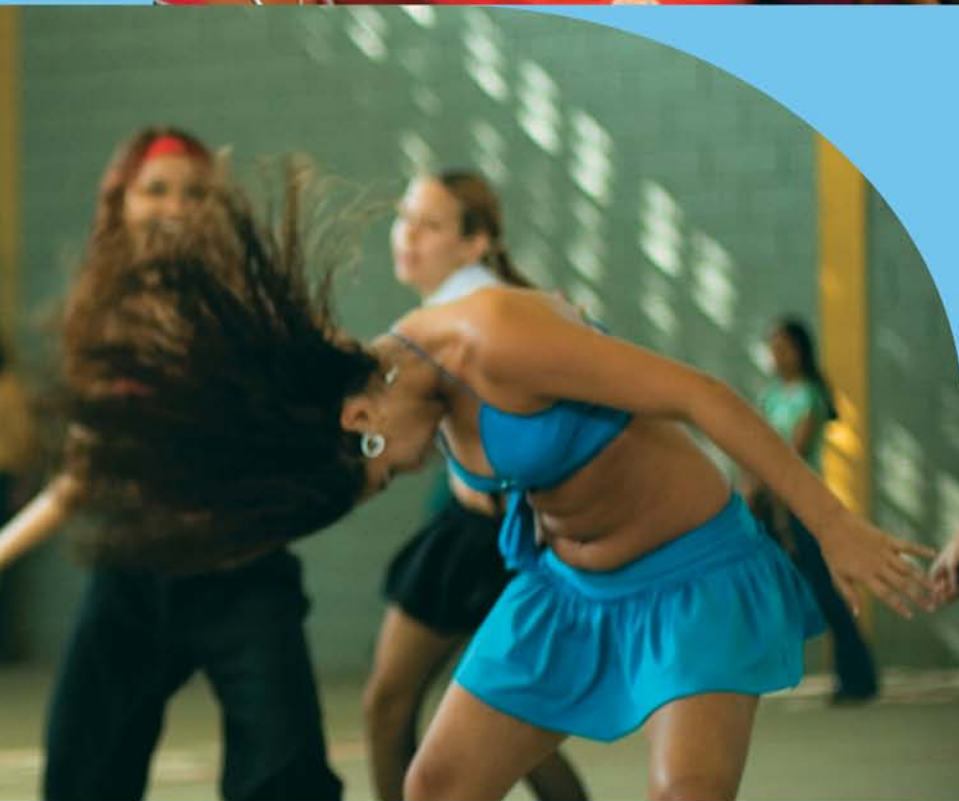
» Projeto As Meninas

Inicialmente voltado apenas para meninas, agora atende também meninos. É focado no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Propõe ações de prevenção e atendimento direto a adolescentes envolvidos com a exploração sexual. Desenvolve pesquisa aplicada e capacitação profissional aos atores da rede de proteção, além de atividades socioeducativas. As ações acontecem em parceria com Instituto WCF-Brasil, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do

Adolescente (Conanda), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca) e Unesco/Criança Esperança. O projeto trabalha com psicólogas, terapeutas e também com jovens monitoras que muitas vezes têm quase a mesma idade das recém-chegadas. Desenvolve ações direcionadas também às famílias objetivando seu fortalecimento enquanto lugar de proteção e autoridade com relação aos filhos. Entre educadores e familiares, busca-se estabelecer uma relação de apoio e parceria.

» Projeto Ecologicamará

Desenvolveu um processo formativo de 20 monitores ambientais entre jovens de baixa renda, na perspectiva da participação juvenil ativa. O projeto é formado por um conjunto de ações que buscam contribuir para o fortalecimento de uma nova postura da juventude em relação às questões ligadas ao meio ambiente e ao mundo do trabalho. São realizadas oficinas de educação ambiental, cidadania ativa, fotografia e vídeo, artes plásticas e teatro. Os participantes desenvolvem atividades com ou-



Conheça algumas ações:

tros jovens da comunidade, compartilhando os conhecimentos adquiridos. A meta é atingir 1 100 jovens com a promoção da consciência ambiental para a preservação de manguezais em São Vicente, numa ação conjunta com outras organizações e seus educadores. Jovens monitores ambientalistas fazem parte da equipe técnica. A tarefa deles é mobilizar grupos juvenis em torno de projetos de interesse público e coletivo. O Ecologicamará é realizado em parceria com o Instituto Credicard e a Prefeitura Municipal de São Vicente.

» Projeto CulturAtiva

Esse projeto promove atividades de formação artística, cultural e também a capacitação de jovens para a geração de renda. Trabalha ainda com a formação de agentes culturais juvenis que estimulam a produção cultural de outros jovens da comunidade. Seus princípios metodológicos são o fomento da reflexão e da análise crítica, a valorização do fazer coletivo e o estímulo à participação do jovem no seu entorno social.

» Projeto FuTuRo

Conceitos de saúde e cidadania são construídos coletivamente, por meio de dinâmicas de grupo e do acesso a novas tecnologias (computador e internet). Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social podem se expressar livremente sobre temas ligados à sua realidade. Dentre os objetivos, está o de levar os jovens à compreensão dos seus direitos. O projeto também busca desenvolver competências para a comunicação e a solução de conflitos, por meio de valores como respeito, tolerância, assertividade e solidariedade. O FuTuRo é construído a partir de uma rede internacional com participantes na Argentina, Brasil, Chile, Espanha, Marrocos, México e Peru. Do Brasil participam duas ONGs, entre elas o Camará. O projeto é apoiado pela Fundação Telefônica. Os participantes se comunicam através do site www.risolidaria.org.br.

» Projeto CooperAção:

Objetivo: capacitar 30 jovens de baixa renda, entre 16 a 24 anos, distribuídos em dois grupos, para atuar como agentes comunitários capazes de articular parcerias em torno da implementação de seis oficinas de produção que resultem na geração de renda para, pelo menos, 120 jovens da comunidade. As atividades fomentarão o desenvolvimento da análise crítica, a valorização do fazer coletivo, a participação do jovem no seu entorno social e a cultura do desenvolvimento sustentável. Os jovens também serão estimulados a participar do processo de elaboração da Agenda 21 Local, mediante articulação com outros atores sociais.

Contato: Camará – Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência. Rua Treze de Maio, 300, São Vicente, SP, CEP 11310-330. Fone/fax: (13) 3467-3944. E-mail: projetcamara@litoral.com.br





exemplo



A gestação do próprio futuro

Em Sorocaba, jovens mães em situação de risco social recebem atendimento psicossocial e participam de projetos de geração de renda.

Para uma menina de 15 anos, com pouca escolaridade, grávida, que não vive mais com a família, a expectativa de ter um futuro digno está bem próxima de zero. Esse é o perfil de muitas meninas brasileiras que se deparam com a gravidez ainda na adolescência e que não têm estrutura familiar ou social capaz de formá-las como cidadãs produtivas e economicamente independentes. O resultado, muitas vezes, é mendicância, envolvimento com o tráfico de drogas, exploração... Em Sorocaba, a 100 quilômetros de São Paulo, a Associação Lua Nova tem como missão apresentar novas alternativas para essas mães, dispondo das ferramentas necessárias para que possam estruturar seus próprios projetos de vida. De que maneira? Por meio da construção de novas referências, do fortalecimento da auto-estima e vínculos que permitam a elas levar uma vida saudável e economicamente sustentada. Assim, após um período residente na Lua Nova, a jovem mãe, agora autoconfiante e produtiva, pode seguir seu caminho com a certeza de que é possível ter uma vida independente e com laços familiares e sociais sólidos.

O Instituto WCF-Brasil é um parceiro técnico e apoiador financeiro da Associação Lua Nova. De 2004 a 2006, apoiou o Projeto Criando Arte, que forma costureiras para a criação, produção e venda de bonecas, bolsas e outros produtos artesanais de tecido. Em 2006, passou a apoiar também outros projetos, como a Empreiteira Escola e a Fábrica de Biscoitos. A Associação recebe ainda apoio da Petrobras, do governo de São Paulo e da Splice do Brasil, empresa que atua no setor de telecomunicações e colocou à disposição da Lua Nova sua estrutura administrativa, jurídica e logística, entre outras organizações.

» exemplo

Novos valores

O trabalho na Associação funciona da seguinte maneira: adolescentes grávidas em situação de risco social, dispostas a participar dos projetos, são atendidas por um período médio de nove meses. Tornam-se residentes e passam a ser auxiliadas para redescobrir seus valores morais e éticos e aprender sobre seus direitos e deveres, de maneira que possam recuperar a cidadania e voltar ao convívio social. Muitas delas têm histórico de exploração sexual, prostituição, uso de drogas e até mesmo envolvimento com práticas ilícitas. O objetivo, então, é mostrar que outros caminhos são possíveis.

Além da atenção psicossocial dedicada às jovens, elas também são capacitadas profissionalmente, o que permitirá uma fonte de renda após o período de residência. “Nós trabalhamos para que a jovem saia daqui com um novo projeto de vida”, explica a coordenadora da Associação, a psicóloga Raquel Barros. “O objetivo é que ela possa conseguir um emprego ou até mesmo tocar o próprio negócio, de maneira a cuidar dos filhos e

se manter afastada das situações de risco.”

A Lua Nova acredita que a autonomia é um valor indispensável para a construção do projeto de vida. Não busca normatizar a vida da garota, mas oferecer a ela o alicerce necessário às suas escolhas. “O princípio da instituição é auxiliar no processo de tomada de decisão, e não decidir por elas”, explica Raquel.

A Associação experimenta técnicas e práticas de inserção de jovens adolescentes e seus filhos, capazes de serem replicadas em outras localidades do Brasil. O potencial de replicação é muito grande, pois vincula a geração de renda ao processo de vivência e inserção social das jovens mães. Os projetos funcionam também como um pólo gerador de empregos.

O processo todo é dividido em duas grandes etapas: Lua Nova e Lua Crescente. Na etapa Lua Nova acontece a inserção social. Na segunda etapa, as meninas dão os passos iniciais para a independência socioeconômica. Tudo em menos de um ano.

Primeira etapa

Na Associação, a mãe e seus filhos recebem residência, alimentação, assistência médica, psicológica e educacional. Atualmente, vivem lá 19 mães, muitas grávidas, e 25 crianças. Algumas jovens já estão no segundo ou terceiro filho. O atendimento é individual e em grupos, nos quais são debatidos temas como sexualidade, maternidade, cidadania, renda etc. A jovem mãe aprende a ser dona do próprio nariz, o que é um passo gigantesco para quem vivia em situação de risco extremo, muitas vezes explorada por gigolôs e traficantes, e passa a tomar as decisões que considerar mais acertadas.



Na Lua Nova, a jovem passa por uma etapa de profissionalização. Ela pode optar pelo programa que melhor se enquadra a seu perfil.



Buffet Escola Lua Nova

No ateliê, as jovens formam-se costureiras.

O projeto cria, desenvolve, produz e vende bonecas e brindes com tecidos e outros materiais. A matéria-prima é de excelente qualidade e o produto final, primoroso.

Foi por intermédio do Criando Arte que o WCF-Brasil iniciou sua parceria com a organização, investindo recursos técnicos e financeiros. “É uma experiência inovadora no Brasil”, avalia a coordenadora de projetos do WCF-Brasil, Carolina Padilha. “A Lua Nova encontrou uma resposta tanto do ponto de vista psicossocial quanto da empregabilidade, da geração de renda sustentada, tema ainda pouco desenvolvido no país.”

Por meio de uma cozinha-escola, a residente recebe formação profissional para trabalhar como cozinheira, quituteira ou garçonne. Como o buffet presta serviço para a Associação, começa aí um novo período de gestação para essa jovem mãe: o desenvolvimento de sua capacidade empreendedora.

Criando Arte



Empreiteira Escola-Equipe

A prioridade é garantir moradia própria às jovens da Associação, em casas que elas constroem com as próprias mãos. Nesse processo, muitas delas se tornam profissionais em uma área ainda pouco explorada pelas mulheres, a construção civil. Essa equipe de trabalho também está pronta para atender a Associação, com atenção especial para a população de baixa renda. O projeto é viabilizado graças à parceria com diversas organizações, como Ação Moradia, Physys, Mundo Pet, Sesi, Universidade de Sorocaba, Faculdade de Engenharia de Sorocaba, Tijolar, Splice do Brasil, Prefeitura Municipal de Sorocaba e ABCP Cimentos. “É uma audaciosa proposta de política pública e transformação social”, define Raquel Barros. “A população marginalizada e excluída muda seu status na sociedade. Passa a habitar seus sonhos, sua casa própria.”



» exemplo



“O princípio da instituição é auxiliar no processo de tomada de decisão, e não decidir por elas.”

● *Raquel Barros*, coordenadora da Associação Lua Nova, que recebeu o Prêmio Claudia 2006, concedido pela Editora Abril e que “reconhece o trabalho de mulheres que fazem a diferença”.

Gestão da organização

Indicadores	Início	Resultados 2005	Meta 2006
Nº de pessoas atendidas (mães e filhos)	5	48	50
Nº de pessoas atendidas (geração de renda)	-	57	70
Nº de pessoas atendidas (atividades de prevenção)	-	343	400
Nº de pessoas atendidas (geração de renda jovem)	-	87	100
Nº de pessoas atendidas (profissionais capacitadas)	-	312	500
Adesão à proposta após triagem inicial	-	85%	95%
Autogestão (% de funcionários entre as residentes)	-	20%	70%
Valores arrecadados em parcerias – R\$ – total/ano	50.000,00	450.000,00	550.000,00
Redes em que está inserida (drogas, aids, abuso, gravidez)	-	12	20
Relação com a comunidade			
Comunidades envolvidas	-	15	25
Pessoas envolvidas nos projetos	28	354	500
Parcerias			
Nº de parcerias	5	33	50
Projetos em continuidade em relação ao ano anterior	-	67%	80%

Segunda etapa

O Projeto Lua Crescente é a etapa seguinte do programa de inserção social das jovens. É quando ela desenvolve sua estratégia para a “vida em família”. Elas deixam de ser residentes, mudam para suas casas e ficam responsáveis pela própria manutenção.

Dentre as atividades desenvolvidas está uma avaliação periódica do projeto de vida e do percurso terapêutico, através de encontros mensais com os educadores.

A Lua Nova acredita na existência de qualificações em qualquer indivíduo e que um projeto de vida só pode ser efetivado se essas qualificações e capacidades individuais forem identificadas e trabalhadas, valorizando seus sonhos, seus dotes e seus talentos. Tudo isso por meio de processos participativos.

E, segundo Raquel Barros, nenhum programa de inserção surte efeitos sem a parceria com uma rede de

apoio na comunidade. Em um artigo intitulado *Desabrigamento e Projeto de Vida*, a psicóloga escreveu:

“O processo de valorização e concretização de ativos é altamente complexo e depende de variáveis ligadas à esfera pessoal, social, jurídica e da conjuntura socioeconômica do país. O trabalho na Lua Nova é uma ação importante dessa rede, uma vez que é ela a mais próxima da residente no processo de inserção. Tanto poderá interferir positivamente quanto negativamente. A comunidade tem que ser chamada a conhecer, reconhecer e participar das soluções e das dificuldades que atingem estas jovens”.

Contato: Associação Lua Nova, Rua Cel. José de Barros, 47, Sorocaba, SP, CEP 18035-620. Fones: (15) 3232-7567 e 3234-5976. E-mail: criandoarte@luanova.org.br



» agradecimentos

Empresas que responderam a pesquisa de boas práticas realizada pelo Instituto WCF-Brasil e pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

• Associação Brasileira de Distribuidores Volkswagen de Caminhões e Ônibus (Acav) • Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) • Associação Gaúcha de Concessionárias de Rodovias (AGCR) • Belcar Caminhões e Máquinas Ltda • Braspress – Brasil Transportes Intermodal Ltda • Brita Rodovias S/A • Camargo Corrêa Metais S/A • Caminhos do Paraná S/A • Centrovias Sistemas Rodoviários S/A • Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência • Concessionária Litoral Norte S/A (CLN) • Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A (Concepa) • Concessionária Autovias S/A • Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A • Concessionária Rodovia do Sol S.A. • Concessionária Rota 116 S/A • Controlloc Tecnologia em Rastreamento de Veículos Ltda • Convias S/A Concessionária de Rodovias • Concessionária Rio Teresópolis S/A (CRT) • Concessionária de Rodovias do Norte S/A (Econorte)

• Concessionárias do Sistema CCR (Cia de Concessões Rodoviárias): Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo S/A (Via Oeste); Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A (Novadutra); Concessionária de Rodovias Integradas S/A (Rodonorte); Concessionária da Rodovia dos Lagos S/A (Via Lagos); Concessionária da Ponte Rio-Niterói S/A (Ponte); Concessionária do Sistema Anhangüera Bandeirantes S/A (Autoban); Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A; Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (Concer)

• Continental Brasil Produtos Automotivos Ltda • Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul (Daer/RS) • Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP) • Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes do Estado do Ceará (Dert/CE) • Fundação Cargill • Fundação Volkswagen • Instituto Alair Martins • Instituto Pão de Açúcar • Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S/A (Intervias) • Ipiranga Petroquímica S.A. • Irga Lupércio Torres S/A • Marelli Cofap • Metrovias S/A – Concessionária de Rodovias • Mobisat Sistema de Rastreamento • Omnilink Tecnologia S/A • Petrobras Petróleo Brasileiro S/A • Pirelli Pneus S/A • Rassini-NHK Autopeças LTDA • Renovias Concessionária S/A • Rodovia das Cataratas S/A • Sadia S/A • Santista Têxtil Brasil S/A • Schahin Administração e Informática Ltda • Serviço Social do Transporte (Sest) • Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) • Scania Latin América Ltda • SPVIAS – Rodovias Integradas do Oeste S/A • Sulvias S/A Concessionária de Rodovias • Tetra Pak Ltda • Texado Chevron do Brasil Ltda • Transportadora Cometa S/A • Transportadora Cruz de Malta Ltda • Transpesa Della Volpe Ltda • Transportadora Itapemirim S/A • Transportes Dalçoquio Ltda • Triângulo do Sol Auto Estradas S.A • Tudo em Transporte Editora Ltda • Vianorte S/A • Viapar – Rodovias Integradas do Paraná S/A • Volkswagen do Brasil Ltda • Volvo do Brasil Ltda



Organizações e pessoas que participaram das reuniões de grupos focais realizadas pelo Instituto WCF-Brasil.

• Associação Brasileira de ONGs (Abong) – Milton Alves Santos • Associação Brasileira dos Distribuidores Volkswagen Caminhões (Acav) – Julio Brondani • Associação Comunitária Monte Azul (Acoma) – Thaís Helena Cardinale Branco • Associação dos Conselheiros Tutelares e Ex-Conselheiros do Estado de São Paulo (Actesp) – Ana Cristina de Souza e Mércia Maria Ribeiro • Associação Lua Nova – Raquel Barros • Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced) – Nelma Pereira da Silva • Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) – Veet Vivarta • Braspress / Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de São Paulo e Região (SET-Cesp) – Urubatan Helou • Camará – João Carlos G. Franca e Vanessa Alves da Silva • Camargo Corrêa Transportes (CCTRANS) – Henrique C. Geovanini • Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada (Cepromm) – Cássia da Silva Santana • Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes – Irene Pires Antonio e Rose Perez Miyahara • Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (Crami) – Maria Beatriz Ribeiro Gandra • Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) – Francisco Bulhões • Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S/A – Sérgio de Souza Ferreira • Conselheiro Tutelar – Luigi Bertocini • Fabiana Gorenstein – Consultora do Programa Turismo Sustentável e Infância do Ministério do Turismo • Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Mario Aquino Alves • Fundação Educar/DPASCHOAL – Luis Norberto Paschoal • Henrique Leça Fernandes (Caminhoneiro) • Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (Iidac) – Beatriz Caitana da Silva e Gilbert Scharnick • Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – Caio Magri • Mauri König (Jornalista) • Ministério Público (SC) – Ilze Maria Granzotto Nunes • Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Pedro Américo Furtado de Oliveira • Projeto Tamar-Ibama – Liliâne de Oliveira, Suami Macedo e Victor Patiri • VW Caminhões – Ana Maria Cruz Oliveira e Luiz Roberto Imparato



Apoiadores do Instituto WCF - Brasil

INSTITUTO
CAMARGO
CORRÊA



Votorantim



Cartier



Consulado Geral da
República Federal da Alemanha
São Paulo

LEW'LARA



Save the Children
Suecia



Deloitte.

STORAENSO



DURATEX

Didier  **Levy**

PRICEWATERHOUSECOOPERS 

CRUZEIRO/NEWMARC
PROPRIEDADE INTELECTUAL
AGENTE DA PROPRIEDADE INTELECTUAL DESDE 1934



GERLING



Caminhões

**SALGADO SETÚBAL,
RUSCHMANN, SORIANO
DE OLIVEIRA@WOILER**
ADVOGADOS

FAAP

AHT
ATLANTICA
HOTELS INTERNATIONAL

tv1
comunicação e marketing

Iniciativa:

CHILDHOOD

INSTITUTO WCF - BRASIL

FUNDADO POR S.M. RAINHA SILVIA DA SUÉCIA

Apoio Técnico



Organização
Internacional
do Trabalho

Parceiro Estratégico



Apoio Institucional



Apoio



Save the Children
Suecia